



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

PROCESSO ELETRÔNICO

Bibliografia, Legislação e
Jurisprudência Temática



Novembro 2010

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Secretaria de Documentação
Coordenadoria de Biblioteca

PROCESSO ELETRÔNICO

**Bibliografia, Legislação e
Jurisprudência Temáticas**

NOVEMBRO 2010

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
JANETH APARECIDA DIAS DE MELO

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA
LÍLIAN JANUZZI VILAS BOAS

SEÇÃO DE BIBLIOTECA DIGITAL
LEIBER CIPRIANO PINHEIRO
MÔNICA MACEDO FISCHER
TALES DE BARROS PAES

SEÇÃO DE PESQUISA
ANDRÉIA CARDOSO DO NASCIMENTO
MÁRCIA SOARES OLIVEIRA VASCONCELOS

COORDENADORIA DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
ANDRÉIA FERNANDES DE SIQUEIRA

SEÇÃO DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA
AMANDA CARVALHO LUZ MARRA
ANA PAULA ALENCAR OLIVEIRA

Apresentação

A Secretaria de Documentação, por meio da Coordenadoria de Biblioteca e da Coordenadoria de Análise de Jurisprudência, elabora a Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temáticas sobre **Processo El eletrônico**. Esse produto tem como objetivo a divulgação da doutrina existente nas Bibliotecas cooperantes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), da jurisprudência do STF, assim como das páginas específicas existentes na *Internet* sobre esse tema.

Os termos utilizados na pesquisa foram:

Doutrina (monografias, periódicos e jornais), Legislação e *internet*:

- Processo e procedimento eletrônico;
- Informática jurídica;
- Informatização do Judiciário;
- Tecnologia, processo e tribunal;
- Tecnologia e direito;
- Aplicação do computador em direito
- Assinatura digital
- Lei nº 11.419/2006

Para efetuar o empréstimo das obras ou obter cópias dos documentos listados, favor contatar as Seções de Pesquisa ou de Referência e Empréstimo, nos ramais 3532 e 3523, respectivamente, ou solicitar o material pessoalmente no balcão de atendimento da Biblioteca.

Coordenadoria de Biblioteca

SUMÁRIO

Apresentação	3
1. Monografias	9
2. Artigos de Periódicos	21
3. Artigos de Jornais	49
4. Textos Completos	62
4.1 <i>Internet</i>	62
5. Legislação	64
6. Jurisprudência	67
6.1. Acórdãos	67
6.2. Decisões Monocráticas	71

1. Monografias

1. ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo e eletrônico**: Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 159 p. [864329] STJ **STF 341.4 A161 PEL 2.ED.**
2. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**: a informatização judicial no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. 424 p. [880143] SEN STJ TCD TJD TST **STF 341.4 A447 PET 3.ED.**
3. _____; CASTRO, Aldemario Araújo. **Manual de informática jurídica e direito da informática**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 371p. [729877] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF 340.0285 A447 MIJ**
4. ALTMARK, Daniel R.; BIELSA Rafael A. (Coord.). **Informática y derecho** : aportes de doctrina internacional. reimpr. Buenos Aires: Depalma, 1991-. [140982] **STF 340.0285 I43 IDA REIMPR.**
5. ALVAREZ-CIENFUEGOS, Jose Maria. La informatica en el ambito de la administracion de justicia. In: REUNION DE PRESIDENTES DE CORTES SUPREMAS DE JUSTICIA DE IBEROAMERICA, PORTUGAL Y ESPANHA. **Reunion...** Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 1990. p. 225-238. [122892] **STF 341.4191 R444 RPC**
6. ALVES, José Francisco. **Estratégia e gestão**. 142 f. 8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Judiciário. [806783] STJ
7. ALVIM, José Eduardo Carreira; CABRAL JÚNIOR, Silvério Nery. **Processo judicial eletrônico** : comentários à Lei 11.419/06. Curitiba: Juruá, 2008. 143 p. [816122] SEN CAM AGU PGR TJD
8. AMARAL, Vilma Aparecida do. **Prova testemunhal**: depoimento on-line. Curitiba: Juruá, 2002. 171 p. [708834] AGU STJ TJD
9. ARENO, Márcia Aguiar. Delitos fiscais: validade da prova obtida em meio eletrônico. In: ROVER, Aires José (Org.). **Direito e informática**. São Paulo: Manole, 2004. p. 413-441. [709087] SEN CAM TCU PGR PRO STJ TCD TJD **STF 340.0285 D598 DIN**
10. ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da internet e da sociedade da informação**: estudos. São Paulo: Forense, 2002. 329 p. [637630] SEN CAM PGR STJ TJD
11. ATHENIENSE, Alexandre. Advocacia e informática. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 16., 1996, Brasília. **Anais da ...** Brasília: OAB, Conselho Federal, 1996. p. 427-430. [191163] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD TST **STF 341.41506381 O65 OAB-16**

12. ATHENIENSE, Alexandre. **Comentários à Lei 11.41 9/06 e as práticas processuais por meio eletrônico nos tribunais brasileiros** . Curitiba: Juruá, 2010. 381 p. [883687] SEN STJ TCD TST
13. _____. Da validade legal dos atos processuais praticados pelo meio eletrônico. In: KAMINSKI, Omar (Org.). **Internet legal** : o direito na tecnologia da informação: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2004. p. 215-221. [723438] MJU PRO STJ TJD
14. BARBOSA, Lúcio de Oliveira. **Duplicata virtual** : aspectos controvertidos. São Paulo: Memória Jurídica, 2004. 151 p. [706371] CAM STJ **STF 342.2455 B238 DVA**
15. BARRAGÁN, Julia. **Informática y decisión jurídica** . 2. ed. México: Fontamara, 2000. 182 p. [672731] STJ
16. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Teoria geral d o processo e processo de conhecimento**. 8. ed., rev. e atual. de acordo com a nova reforma do CPC (leis da "repercussão geral" e "processo eletrônico"). São Paulo: Saraiva, 2008. 230 p. [807115] SEN CAM AGU CLD PGR STJ STM TCD TJD TST
17. BELLEFONDS, Xavier Linant de. **L'informatique et le droit** . 2. ed. mise a jour. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. 128 p. [87640] SEN
18. BENUCCI, Renato Luís. **A tecnologia aplicada ao proc esso judicial**. Campinas, SP: Millenium, 2007. 230 p. [787622] SEN CAM AGU PGR STJ **STF 341.4 B478 TAP**
19. BEZERRA, Roberto. **Uma análise do projeto Infoj us**. Brasília: FGV, 2003. 49 f. Monografia de conclusão do curso em Administração Pública (Especialização)-CIPAD,.Brasília, 2003. [678898] **STF F 34 0.0285 B57 4 API**
20. BIBENT, Michel. **L'informatique appl iquee a la jurisprudence** : une methode de traitement de la documentation juridique. Paris: Libr. Techniques, 1976. 186p. [21132] SEN CAM **STF 340.0285 B581 IAJ**
21. BIELSA, Rafael A. (Coord.). **Informatica y derecho** : aportes de doctrina internacional. Buenos Aires: Depalma, 1988-. [179192] **STF 340.0285 I43 IDA**
22. BIELSA, Rafael A.; BRENNNA, Ramón G. **Reforma de la jus ticia y nuevas tecnologias**. Buenos Aires: AD-HOC, 1996. 108 p. [634861] TST
23. BILON, Jean Louis. (Coord.). **Diálogo sobre la informática jurídica** = Dialogue sur l'informatique juridique. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989. 535 p. [130168] CAM STJ
24. BLUM, Renato M. S. Opice (Coord.). **Direito elet rônico**: a internet e os tribunais. Bauru, SP: Edipro, 2001. 688 p. [605801] SEN CAM PRO STJ TJD TST **STF 340.0285 D598 DEI**

25. BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (Coord.). **Manual de direito eletrônico e internet** . São Paulo: Lex, 2006. 682 p. [765004] SEN CAM CLD PGR STJ TCD TST **STF 340.0285 M294 MDE**
26. BORRUSO, Renato et al. **L'informatica del diritto**. Milão: Giuffrè, 2004. 411 p. [760897] PRO
27. BORTOLAI, Edson Cosac. et al. **Cibernetica e direito** . São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1980. 133 p. [54083] PRO
28. BRUNO, Gilberto Marques. Justiça adere à informatização para agilizar processos. In: KAMINSKI, Omar (Org.). **Internet legal** : o direito na tecnologia da informação: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2004. p. 51-55. [715117] MJU PRO STJ TJD
29. BUFFELAN, Jean-Paul. **Introduction a l'informatique juridique**. Paris: Libr. du Journal des Notaires et des Avocats, 1975. 322p. [19826] SEN CAM **STF 340.0285 B929 IJ**
30. CALMON, Petrônio. **Comentários à lei de informatização do processo judicial**: Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 156 p. [783485] SEN AGU PGR STJ TCD TJD TST **STF 341.46 C164 CLI**
31. CÂMARA JÚNIOR, Auto Tavares da. **Integração de sistemas de informação para diminuição do tempo de tramitação processual no Poder Judiciário** . Orientação: Prof. Dr. Fernando de Rosa. 2005. 59 f. Monografia (MBA)-Fundação Getúlio Vargas/FVG, 2005. [868363] TJD
32. CARVALHO, Paulo Roberto de Lima. **Prova cibernética no processo**. Curitiba: Juruá, 2009. 117 p. [857727] SEN CAM STJ TJD **STF 341.464 C331 PCP**
33. CASTRO, Júlio Luz Sisson de. **A repercussão geral no recurso extraordinário e o devido processo legal**. Orientador: Rodrigo Pereira de Mello. 2008. 82 f. Trabalho final (Especialização)-Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil, Centro Universitário de Brasília (UniCeub), Brasília, 2008. [855943] **STF 341.4655 C355 RGR**
34. CHAMOUX, Jean-Pierre. **Le juriste et l'ordinateur**. Paris: Libr. Techniques, 1972. 194 p. [26604] SEN CAM **STF 340.0285 C448 JOR**
35. CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (Coord.). **Comentários à lei do processo eletrônico** . São Paulo: Ltr, 2010. 224 p. [881958] SEN STJ TST **STF 341.4 C732 CLP**
36. CHOURAQUI, Alain. **L'informatique au service du droit**: les perspectives. Paris: Presses Universitaires de France, 1974. 303 p. [20072] SEN CAM STJ **STF 340.0285 C552 ISD**

37. CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico** : o uso da via eletrônica na comunicação de atos e tramitação de documentos processuais sob o enfoque histórico e principiológico, em conformidade com a Lei 11.419, de 19.12.2006. Curitiba: Juruá, 2008. 209 p. [843075] AGU
38. COELHO, Marcus Vinícius Furtado. Informatização do processo judicial: comentários à lei nº 11.419, de 19 de novembro de 2006. In: _____. **Processo civil reformado**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 304 p. [802699] SEN PGR STJ TCD TJD TST **STF 341.46 C672 PCR**
39. CONFERENCIA DE PRESIDENTES DE TRIBUNALES Y CORTES SUPREMAS DE JUSTICIA DE IBEROAMÉRICA, PORTUGAL Y ESPAÑA, 3., 1997, Madrid. **Anais da...** Madrid: [s.n.], 1997. [195993] **STF 341.25606346 C748 CPT-3**
40. CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE PROCESSOS ELEITORAIS, 1., 1998, Lima. **I Convenção Internacional de Processos Eleitorais** : a tecnologia a serviço da vontade do eleitor. Brasília: Tribunal Regional Eleitoral, 1998. 1 v. (várias paginações). [218061] SEN CAM CLD
41. CORREA, Carlos Maria. **El derecho informatico en America Latina...** Buenos Aires: Depalma, 1988. 229 p.[115639] CAM
42. _____ et al. **Derecho informático**. Buenos Aires: Depalma 1987. 341 p. [115638] CAM **STF 340.0285 D431 DIN**
43. COUTO, Ivanoy Moreno Freitas. **Penhora on line** : princípios limitadores à sua aplicação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 119 p. [865806] SEN CAM
44. CUNHA NETO, Marcilio José da. **Manual de informática jurídica** . Rio de Janeiro: Destaque, 2002. 230 p. [612654] SEN CAM MJU STJ TCD TJD **STF 340.0285 C972 MIJ**
45. DELAHODDE, Jean. **Le traitement de l'information juridique**. Paris: Libr. Techniques, 1968 [18509] SEN CAM STF 340.0285 D333 TIJ
46. DIAS, Rogério A. Correia. **Administração da justiça** : a gestão pela qualidade total. Campinas, SP: Millennium, 2004. 103 p. [702648] SEN AGU STJ TCD TJD TST **STF 341.256 M541 AJG**
47. EIRAS, Agostinho. **Segredo de justiça e controle de dados pessoais informatizados**. Coimbra: Coimbra Ed., 1992. 120p. [179569] STJ **STF 341.2732109469 E35 SJC**
48. ELMI, Giancarlo Taddei. **A informática jurídica**. Brasília: Fundação Petronio Portella, 1985. [72945] SEN CAM MJU PGR PRO STJ
49. _____. **Lezioni di informatica giuridica** . Firenze: Universita' degli Studi de Firenze, 1982. 146 p. [58769] PRO
50. ESPINOSA-SALDANA CATASUS, Eloy. La informatica juridica y su aplicacion en la administracion de justicia. In: REUNION DE PRESIDENTES DE CORTES SUPREMAS DE JUSTICIA DE IBEROAMERICA, PORTUGAL Y ESPANHA. **Reunion...** Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 1990. p. 323-325.[122900] **STF 341.4191 R444 RPC**

51. FERREIRA Ivette Senise; BAPTISTA, Luiz Olavo. (Coord.). **Novas fronteiras do direito na era digital** . São Paulo: Saraiva, 2002. 280 p. [628405] STJ **STF 340.0285 N936 NFD**
52. FIOREZE, Juliana. **Videoconferência no processo penal brasileiro: interrogatório on-line**. Curitiba: Juruá, 2007. 387 p. [789767] SEN STJ TJD **STF 341.43 F518 VPP**
53. FLORY, Andre; CROZE, Herve. **Informatique juridique: elements d'informatique a l'usage des juristes**. Paris: Economica, 1984. 290 p. [87448] SEN
54. FROSINI, Vittorio. **Informática y derecho**. Bogotá: Temis, 1988. 179 p. [798256] STJ
55. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro Justiça e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro. **A reforma silenciosa da justiça** . Rio de Janeiro: FGV; Brasília: Ministério da Justiça, 2006. 436p. [777342] MJU TJD
56. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Técnicas de aceleração do processo** : de acordo com as Leis nº 10.352/2001, 10.358/2001, 10.444/2002. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003. 238 p. [683327] **STF 341.4 G145 TAP**
57. GARCIA, Balmes Vega. **Direito e tecnologia** : regime jurídico da ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: LTr, 2008. 181 p. [826514] SEN CAM TJD TST
58. GARCIA, Dinio de Santis. **Introdução a informática jurídica**. São Paulo: J. Bushatsky, 1976. 221p. [20452] SEN CAM MJU PRO STJ
59. GARCIA JÚNIOR, Armando Alvares. **Contratos via internet**. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 280 p. [600126] SEN CAM STJ **STF 340.0285 G216 CVI**
60. GIANNANTONIO, Ettore. **Law and computers**. Milano: A. Giuffrè, 1991. 2 v. [150426] STJ
61. GÓES, Gisele; DIAS, Jean Carlos; MOUTA, José Henrique. **A nova execução por quantia certa, súmula vinculante, processo eletrônico e repercussão geral** : uma análise da terceira etapa da reforma do CPC. Salvador: JusPODIVM, 2009. 291 p. [864973] SEN **STF 341.465 G598 NEQ**
62. GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line no direito processual brasileiro**. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2008. 104 p. [816799] SEN CAM STJ TJD TST **STF 341.4652 G623 PLD**
63. GOMES, Luiz Flávio. Judiciário não pode resistir aos avanços tecnológicos. In: KAMINSKI, Omar (Org.). **Internet legal** : o direito na tecnologia da informação: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2004. p. 213-214. [723436] MJU PRO STJ TJD

64. GORDON, Thomas F. **Legal knowledge and information systems**: JURIX 2004: the seventeenth annual conference. Amsterdam: IOS Press, 2004. 155 p. [751317] STJ
65. GRASSELLI, Odete. **Penhora trabalhista on-line**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007. 94 p. [834347] TST
66. GRECO, Leonardo. A revolução tecnológica e o processo. In: GRECO, Marco Aurélio; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Direito e internet** : relações jurídicas na sociedade informatizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 77-94. [601174] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TST **STF 340.0285 D598 DIR**
67. GRÜN, Ernesto. **Una visión sistémica y cibernética del derecho en el mundo globalizado del siglo XXI** . Buenos Aires: Lexis Nexis, 2006. 192 p.[777591] CAM TST
68. GUEIROS JÚNIOR, Nehemias. Mundo jurídico quer acompanhar celeridade digital. In: KAMINSKI, Omar (Org.). **Internet legal** : o direito na tecnologia da informação: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2004. p. 137-140. [722908] MJU PRO STJ TJD
69. GUERRA FILHO, Willis Santiago. Direito é tecnologia? In: TORRENS, Haradja Leite; ALCOFORADO, Mario Sawatani Guedes (Org.). **A expansão do direito**: estudos de direito constitucional e filosofia do direito em homenagem a Willis Santiago Guerra Filho: por duas décadas de docência e pesquisas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 357-368. [689114] SEN CAM MJU PGR STJ TCD TST **STF 341.208 G934 EDE**
70. GUIBOURG, Ricardo A; ALENDE, Jorge O; CAMPANELLA, Elena M. **Manual de informática jurídica**. Buenos Aires: Ástrea, 1996. 310 p.[180235] STJ **STF 340.02850982 G944 MIJ**
71. HERKENHOFF FILHO, Helio Estellita. **Delineamentos do processo judicial moderno e repercussões no processo trabalhista**: comentários contextuais: Lei 11.382/06 (execução do título extrajudicial), Lei 11.419/06 (informatização do processo judicial), Lei 11.418/06 (repercussão geral), Lei 11.417/06 (súmula vinculante) e Lei 11.441/07 (separação, divórcio, inventário e partilha por escritura pública). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 368 p. [791461] SEN STJ TJD TST **STF 341.688 H548 DPJ**
72. HOFFMANN, Diogo Missfeld. **A penhora on-line e a aplicação do art. 620 do Código de Processo Civil** . In: POPP, Carlyle; VIDAL, Rodrigo, Cesar Nasser Vidal (Coord.). **Direito em movimento** . Curitiba: Juruá, 2007-. p. 121-130. [850378] STF 342.1 D598 DEM STJ TCD TJD
73. KAISER, Delorgel (Ed.). **Judiciário brasileiro** : inovações e perspectivas. Brasília: STF, 2008. 58 p. [818526] STJ **STF 341.256 J92 JBI**
74. KRUEL, Eduardo. **Processo judicial eletrônico & certificação digital na advocacia**. Brasília: OAB Ed., 2009. 292 p. [855716] SEN STM
75. LEITE, Flamarion Tavares. **Os nervos do poder** : uma visão cibernética do direito. São Paulo: Max Limonad, 2001. 189p. [630585] CAM PGR TJD

76. LEITNER, Gilson P. **Informatização da advocacia**: o computador auxiliando o trabalho do advogado. São Paulo: Saraiva, 1991. 106 p. [129638] SEN CAM STJ
77. LEMOS, Maria Ermelinda Ferreira. **Atos de comunicação por meio eletrônico**. Orientador: Rodrigo de Camargo Rodrigues. 2008. 25 f. Monografia (Graduação)-Instituto de Ensino Superior Planalto, Brasília, 2008. [865511] TJD
78. LEONEL, Ricardo de Barros. **Reformas recentes do Processo Civil**: comentário sistemático. São Paulo: Método, 2007. 271 p. [789264] SEN CAM MJU PGR TCD TJD
79. LIMA, Iran de. **Introdução ao estudo da modernização do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. 231 p. Tese (Mestrado)-Universidade de Brasília. [59697] MJU PGR STJ TJD **STF 340.9 L732 IEM**
80. LOPES NETO, Silvino Joaquim. **Informática e simplificação social**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 16., 1996, Brasília. **Anais da ...** Brasília: OAB, Conselho Federal, 1996. p. 417-426. [191793] **STF 341.41506381 O65 OAB-16**
81. LOSANO, Mario G.(Coord.). **L'informatica giuridica al servizio del legislatore**: Genova: CEDAM, 1994. 674 p. [667618] STJ
82. LOSANO, Mario Giuseppe. **Giuscibernetica macchine e modelli cibernetici nel diritto**. Torino: G. Einaudi, 1969. 205 p. [45875] **STF 340.0285 L879 GMM**
83. _____. **Informática jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1976. 255p. [20062] SEN CAM TCU STJ STM TCD
84. _____. **Lições de informática jurídica**. São Paulo: Resenha Tributaria, 1974. 237 p. [18020] SEN **STF 340.0285 L879 LIJ**
85. LOSSO, Fabio Malina. Advogado aborda relação com clientes pela internet. In: KAMINSKI, Omar (Org.). **Internet legal**: o direito na tecnologia da informação: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2004. p. 77-78. [715506] MJU PRO STJ TJD
86. LUCENA, Roberto Carlos. **A viabilidade do interrogatório por videoconferência no processo penal**. 2007. 15 f. Trabalho de conclusão de curso-Fortium, 2007. [869821] TJD
87. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Duração razoável e informatização do processo nas recentes reformas In: ASSIS, Araken de et al. (Coord.). **Direito civil e processo**: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 1397-1413. [831751] STJ TJD TST **STF 341.46 A475 DCP**
88. MACEDO, Maury R. de. **A crise do Poder Judiciário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 2003. 118 p. [672821] STJ

89. MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de Processo Civil interpretado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**: leis processuais civis extravagantes anotadas. Barueri: Manole, 2006-2007. 2662 p. Lei da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19.12.2006) interpretada artigo por artigo. [781682] SEN TCD TST **STF 341.46 1973 M149 CPI**
90. MADALENA, Pedro; OLIVEIRA, Álvaro Borges de. **Organização & informática no Poder Judiciário**: sentenças programadas em processo virtual. 2. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008. 253 p. [804762] SEN CAM AGU PGR STJ TCD TST TJD **STF 340.0285 M178 OIP 2.ED.**
91. MAIDAME, Márcio Manoel. **Impenhorabilidade e direitos do credor**. 1. ed. (ano 2007), 1. reimpr. Curitiba: Juruá, 2009. 455 p. [853656] TST
92. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **O documento eletrônico como meio de prova**. 1999. 33F. [714745] STJ
93. MARCHETTO, Patrícia Borba; CANDIDO, Cristiano Rogério. Informatização do processo judicial: análise da Lei n. 11.419. de 19.12.2006. In: MARCHETTO, Patrícia Borba (Org.). **Direito processual civil**: alterações do Código de Processo Civil. 1. ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2009. 219 p. [844447] SEN STJ TCD
94. MONTEIRO, Cláudia Servilha. O juiz Proteus: decisões judiciais e sistemas especialistas legais de base argumentativa. In: ROVER, Aires José (Org.). **Direito e informática**. São Paulo: Manole, 2004. p. 465-478. [709122] SEN CAM TCU PGR PRO STJ TCD TJD **STF 340.0285 D598 DIN**
95. MONTERO, Étienne. (Coord.). **Droit des technologies de l'information**: regards prospectifs. Bruxelles: Bruylant, 1999. 479 p. [580328] SEN
96. MORAIS, Liduina Thomaz Maya de. **A relevância dos atos processuais**. Orientadora: Prof^a. Gláucia Melasso Garcia de Carvalho. 2007. 55 f. Monografia (Especialização)-Universidade Cândido Mendes, 2007. [868805] TJD
97. NEVES, Daniel Amorim Assumpção et al. **Reforma do CPC**: Leis 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 544 p. [759881] SEN CAM STJ
98. NEVES, José Eduardo Barbosa Santos. Autos digitais eletrônicos. In: BRASIL. Conselho da Justiça Federal (CJF). Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. **Proposta da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2003. v. 2, p. 231-273. [668041] SEN CAM MJU STJ TST **STF 342 C755 PCA**
99. NÓBREGA, Rose Mary Dourado Reis. **Implementação e prática de gerenciamento de serviços de TI no Superior Tribunal de Justiça**: uma análise do impacto em processos do modelo ITIL. 118 f. [833520] STJ
100. OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Direito e internet**: a regulamentação do ciberespaço. Florianópolis: UFSC, Ciase, 1998. 154 p. [199367] STJ **STF 340.0285 O49 DIR**

101. OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. Os "novos" direitos enquanto direitos públicos virtuais na sociedade da informação. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. (Org.). **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003. 353 p. [659333] SEN CAM AGU TCU MJU STJ TCD TJD **STF 341.272 N945 NDB**
102. PAESANI, Liliana Minardi (Coord.). **O direito na sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2007. 333 p. [780927] SEN STJ TCD TJD TST **STF 340.0285 D598 DSI**
103. PALAZZOLO, Nicola. **Informazione pubblica e informatica per il diritto**: profili di un'esperienza scientifico-organizzativa (1996-2001). Fiesole: Cadmo, 2001. 253p. [734113] SEN
104. PALET, Jorge Imperial Amaral. **A informática e o Judiciário**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1985. 118 p.[72910] SEN CAM MJU PRO STJ
105. PANSIER, Frédéric-Jérôme; JEZ, Emmanuel. **Initiati on à l'Internet juridique**. 2. ed. Paris: Litec, 2000. 127 p. [633245] TJD
106. PARENTONI, Leonardo Netto. **Documento eletrônico**: aplicação e interpretação pelo Poder Judiciário. Curitiba: Juruá, 2007. 197 p. [791036] SEN CAM AGU STJ TCD PGR TST **STF 340.0285 P228 DOE**
107. PASSOS, Calmon de. Considerações de um troglodita sobre o processo eletrônico. In: GONZAGA, Fernando; JAYME, Juliana Cordeiro de Faria; LAUAR, Maira Terra Lauar (Coord.). **Processo ci vil**: novas tendências: estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 658 p. [824073] SEN TCU STJ TCD TST **STF 341.46 T388 PCN**
108. PAULA, Wesley Roberto de. **Publicidade no processo judicial eletrônico**: busca da indispensável relativização. São Paulo: LTr, 2009. 174 p. [855139] SEN CAM TCD TJD TST **STF 341.4 P324 PPJ**
109. PEGUERA POCH, Miquel (Coord.). **Derecho y nuevas tecnologías**. Barcelona: Editorial UOC, 2005. 594 p. [753792] CAM
110. PEREIRA NETO, Miguel. Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para constituição de título executivo extrajudicial e judicial. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (Org.). **Internet**: o direito na era virtual. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 17-38. [709349] SEN CAM CLD MJU STJ TCD TJD TST **STF 340.0285 I61 IDE 2.ED.**
111. PEREZ HUALDE, Dardo. La sentencia judicial y la informatica juridica decisional. In: GUILHOU, Perez et al. **El poder judicial**. Buenos Aires: Depalma, 1989. p. 125-142.[122989] STJ **STF 341.2560982 P742 PJU**
112. PEREZ LUNO, Antonio-enrique. **Cibernetica, infor matica y derecho**: un analisis metodológico. Bolonia: Real Colegio de Espana, 1976. 166p. [25441] SEN **STF 340 P438 CID**

113. PIETTE-COUDOL, Thierry. **La signature électronique**: introduction technique et juridique à la signature électronique sécurisée. preuve et écrit électronique. Paris: Litec, 2001. 131p. [633260] STJ
114. PIMENTEL, Alexandre Freire. **O direito cibernético**: um enfoque teórico e lógico-aplicativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 267p. [560660] SEN CAM PGR STJ TJD **STF 340.0285 P644 DCE**
115. PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito digital**. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. 472 p. [886746] SEN CLD STJ TST **STF 340.0 285 P654 DDI 4.ED.**
116. PINTO, Geraldo da Costa. **Justiça**: celeridade x tecnologias. 2007. 41 f. Orientadora: Christine Oliveira Peter. Monografia (Especialização)-Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2007 [810140] **STF 341.4 P659 JCT**
117. PRADO, Vinícios de Andrade. Tecnologia: uma alternativa para a democratização do processo. In: MACHADO, Glorini Aparecida (Org.). **Iniciação científica em direito** : a experiência da Faculdade de Direito da UnB. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2000. 178 p. [586963] SEN CAM MJU MTE PGR STJ STM TCD TJD TST
118. PROPUESTA de modernizacion de la administracion de justicia. 2. ed. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 1991. 314 p. [155650] **STF 341.41609466 P965 PMA 2.ED.**
119. PUCHTA, Anita Caruso. **Penhora de dinheiro on-line**. Curitiba: Juruá, 2009. 215 p. [830803] SEN PGR STJ TJD TST **STF 341.4652 P977 PDL**
120. REGO, Antonio Carlos Pojo do (Coord.). **A informática nos EUA**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1985. 79 p. [74615] SEN MJU PGR PRO STJ
121. RIEM, Glauco. **Il processo civile telematico** : le nuove frontiere del processo alla luce del D.P.R. 123/2001. Napoles: Simone, 2002. 288 p. [740895] STJ
122. ROLDÁN, Patricio R. **Digitalización de imágenes en la pericia caligráfica**: firmas, fotografías, bolígrafos y expedientes digitales. Fotografía convencional. Escáneres, monitores, impresoras, procesadores de textos, conservación de documentos. Pericias en suportes no convencionales. Buenos Aires: La Rocca, 2006. 426 p. [777581] CAM
123. ROVER, Aires José (Org.). **Direito e informática**. São Paulo: Manole, 2004. 513 p. [677502] SEN CAM TCU PGR PRO STJ TCD TJD **STF 340.0285 D598 DI**
124. _____. **Informática no direito**: inteligência artificial: introdução aos sistemas especialistas legais. Curitiba: Juruá, 2002. 268 p. [629916] STJ
125. _____. Sistemas especialistas legais: limites e perspectivas. In: _____ (Org.). **Direito e informática** . São Paulo: Manole, 2004. p. 443-463. [709116] SEN CAM TCU PGR PRO STJ TCD TJD **STF 340.0285 D598 DIN**

126. ROVER, Aires José. Sistemas especialistas legais: uma solução inteligente para o direito. In: _____ (Org.). **Direito, sociedade e informática** : limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000, p. 207-212. [724828] SEN STJ
127. SANT'ANNA, Rubens et al. **Curso de cibernética jurídica** . Porto Alegre: Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1974. 265 p. [35207] SEN CAM **STF 340.0285 C977 CCJ**
128. SANTOS, Ernane Fidélis dos et al. **Execução civil**: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 386-388. [789806] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD TST **STF 341.465 T388 EXC**
129. SARTOR, Giovanni. **Le applicazi oni giuridiche dell'intell igenza artificiale**: la rappresentazione della conoscenza. Milano: A. Giuffrè, 1990. 363p. [122774] **STF 340 S251 AGI**
130. SCORZELLI, Patricia. **A comunid ade cibernética e o direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.98 p. [185841] SEN CAM STJ **STF 340.0285 S423 CCD**
131. SILVA JÚNIOR, Roberto Roland Rodrigues da (Org.). **Internet e direito** : reflexões doutrinárias. Rio de Janeiro: Lumen Juris; Universidade Estácio de Sá, 2001. 202 p. Palestras realizadas no 1º Seminário Carioca de Direito na Internet. [583130] SEN TCU PGR STJ **STF 340.0285 I61 IDR**
132. SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Informatização do processo. In: CHAVES, Luciano Athayde (Org.). **Direito processual do trab alho**: reforma e efetividade. São Paulo: LTr : Anamatra, 2007. 439 p. [778968] SEN CAM MJU STJ TJD TST
133. SILVA, Hélio de Andrade. **A Lei nº. 11.419 /2006 e a informatização dos atos processuais** . São Paulo: Scortecci: Fábrica de Livros, 2008. 134 p. [818000] SEN STJ TCD TJD TST **STF 341.46 S586 LNO**
134. SILVA, Luiz Gustavo Cordeiro da et al. **Certificação digital** : conceitos e aplicações, modelos brasileiros e australianos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 201 p. [831514] SEN
135. SILVA, Rita de Cássia Lopes da. **Direito penal e sistema informático**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 141 p. [660199] SEN CLD MJU PGR STJ TJD **STF 341.559 S586 DPS**
136. SILVEIRA, Rodrigo Maitto da. Internet e fiscalização tributária. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (Org.). **Internet**: o direito na era virtual. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 387-407. [710216] SEN CAM CLD MJU STJ TCD TJD TST **STF 340.0285 I61 IDE 2.ED.**
137. SIMÕES, José Ivanildo. **Processo virtual trabalhista**. São Paulo: Ltr, 2010. 120 p. [884425] SEN TST

138. SOUZA, Vinicius Roberto Prioli de. **Contratos eletrônicos e validade da assinatura digital**. Curitiba: Juruá, 2009. 171 p. [837229] SEN CAM STJ TCD TJD TST **STF 340.0285 S729 CEV**
139. SUSSKIND, Richard. **The future of law facing the challenges of information technology**. Oxford: Clarendon Press, 1996. 309 p. [180655]
140. SYMPOSIUM automation in the courts: its impact on record-making and record-keeping: implications for the private citizen and the public. New York: [s.n.], 1972. 65 p. [46080] **STF 340.02850973 S989 SAC**
141. TELLEZ VALDES, Julio. **Derecho informático**. Mexico: Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 1987. 247 p. [107524] SEN
142. TENÓRIO, Igor. **Direito e cib ernetica**: reforma do legislativo, reforma do judiciário, reforma do ensino jurídico: a reformulação do direito, aliado à técnica, como solução para a sobrevivência da liberdade. 3. ed. definitiva. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975. 217p. [39355] SEN CAM MJU PRO **STF PM 340.0285 T312 DIC 3.ED.**
143. _____. **Emprego do computador na área do direito nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1972. 13 p. [29455] SEN **STF F 340.02850973 T289 ECA**
144. _____. **Law and cybernetics**. Brasília: Ed. de Brasília, 1970. 131 p. [25092] **STF 340 T312 LAC**
145. _____. **L'informatique jur idique au Bresil** . Gembloux: J. Duculot, [197?]. p. 317-324. [47259] **STF F 340.0285 T312 IJB**
146. TENÓRIO, Igor. **Sobre a informática jurídica no Brasil** . Rio de Janeiro: [s.n.], 1973. 28 p. [16737] SEN CAM STJ **STF F 340.0285 T312 SIJ**
147. TORRES, Luiz Gustavo Nascimento Gonçalves. O processo eletrônico como instrumento garantidor da efetividade processual. In: CASTRO, João Antônio Lima (Coord.). **Direito processual** : interpretação constitucional no estado democrático de direito, Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Educação Continuada, 2010, p. 176-189. [881042] SEN STJ **STF 341.4 D598 DPI**
148. UYEDA, Massami. Responsabilidade do Estado pela prestação jurisdicional e a videoconferência. In: ALMEIDA, José Luiz Gavião de (Org.). **Temas atuais de responsabilidade civil** . São Paulo: Atlas, 2007. p. 112-120. [791606] SEN MJU STJ TJD TST
149. VOLPI NETO, Angelo. **A vida em bits** . São Paulo: Aduaneiras, 2009. 224 p. [856190] CAM
150. WOLTHERS, Clemência B.; SOARES, Danilo. **A informática e o advogado** . Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1985. 86 p. [73074] SEN MJU PGR PRO STJ
151. YANNOPOULOS, Georgios N. **Modelling the legal deci sion process for information technology** : applications in law. The Hague: Kluwer Law International, 1998. 337 p. [213422] SEN

2. Artigos de Periódicos

1. ABREU, Alexandre Libonati de. Comentários sobre a Lei nº 1.147/2006 que dispõe sobre a informatização do processo. **Direito Federal**: revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil, v. 23, n. 87, p. 27-33, jan./mar. 2007. [792990] SEN CAM PGR STJ
2. ABRUSIO, Juliana. A recepção de novas tecnologias em relação aos negócios jurídicos e a assinatura digital. **Revista Fórum CE SA/Centro de Estudos das Sociedades de Advogados**, v. 2, n. 2, p. 61-64, jan./mar. 2007. [828611] MJU TJD
3. ACIOLI, Catarine Gonçalves. A ética e o meio eletrônico. **Revista do Mestrado em Direito/Universidade Federal de Alagoas (Ufal)**, v. 2, n. 2, p. 201-222, jan./jun. 2006. [797606] SEN
4. ADMINISTRATION et nouvelles technologies de l'information une necessaire adaptation du droit. **Notes et Etudes Documentaires**, n. 4851, p. 1-112, jan./mars 1988. [438588] SEN
5. ALMEIDA, Fernanda Natália de Melo; LINDENBERG, Maria Paula de Azeredo Roscoe; PINHEIRO, Mônica Alves Leite. O processo eletrônico e sua importância. **Revista Nacional de Direito e Jurisprudência**, v. 9, n. 104, p. 49-52, ago. 2008. [832602] CAM STJ STF
6. ALMEIDA, Gilberto Martins de. Identidade e autonomia do direito da informática. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 13, n. 44, p. 14, 8 nov. 1999. [564346] SEN CLD STJ STF
7. _____; MELO, Leonardo de Campos. Identidade e aplicação do direito da informática. **Revista da Emery**, v. 11, n. 42, p. 280-292, 2008. [833725] SEN CAM AGU STJ TJD STF
8. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. A segurança da informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados. **Revista de Processo**, v. 32, n. 152, p. 165-180, out. 2007. [807066] SEN CAM AGU TCU MJU PGR STJ STM TJD TST STF
9. _____. Atos processuais por meio eletrônico. **Doutrina Adcoas**, v. 6, n. 3, p. 75-81, mar. 2003. [651902] SEN CAM STJ TJD TST STF
10. _____. O princípio da publicidade no processo frente à EC 45/2004 e o processo eletrônico. **Revista de Processo**, v. 31, n. 142, p. 89-105, dez. 2006. [781654] SEN CAM AGU TCU MJU PGR STJ STM TJD TST STF
11. _____. FREITAS, Flavia Miranda de. A importância da definição de documento eletrônico. **Revista de Processo**, v. 34, n. 173, p. 357-372, jul. 2009. [856685] SEN CAM TCU MJU MTE PGR STJ STM TJD TST STF

12. ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de. A Lei Federal 11.341/06 e a nova prova da divergência jurisprudencial para interposição do recurso especial. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 54, n. 346, p. 71-78, ago. 2006. [770263] SEN CAM AGU CLD MJU MTE PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
13. ALOISIO, Roberto G. Spunti di riflessione in tema di informatica giudiziaria. **Giustizia Civile**: Rivista Mensile di Giurisprudenza, v. 36, n. 10, p. 403-405, ott. 1986. [530719] **STF**
14. ÁLVARES, Heliana. O advogado aprende a usar o computador. **Revista da OAB São Paulo**, v. 2, n. 10, p. 26-28, ago. 1984. [434395] SEN
15. AMMAR, Daniel. Preuve et vraisemblance contribution a l'etude de la preuve technologique. **Revue Trimestrielle de Droit Civil**, v. 92, n. 3, p. 499-533, juil./sept. 1993. [481503] SEN CAM **STF**
16. ANDRADE, Luis Antonio de. Cibernética e direito. **Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara**, v. 10, n. 25, p. 10-20, 1971. [345385] SEN CAM AGU PGR STJ **STF**
17. _____. Direito e informática jurídica. **Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros**, v. 17, n. 61, p. 41-47, jul./dez. 1983. [428102] SEN CAM STJ **STF**
18. ANDRADE, Michael Marion Davies Teixeira de. A justiça virtual e o documento eletrônico. **Informativo Jurídico Consul ex**, v. 16, n. 18, p. 12-15, 6 maio 2002. [626978] SEN CAM CLD STJ **STF**
19. ANDRADE, Paulo Gustavo Sampaio. Informatização do Judiciário. **Consulex**: Revista Jurídica, v. 6, n. 140, p. 40-41, nov. 2002. [643456] SEN CAM AGU CLD PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
20. ANDRIGHI, Fátima Nancy. A informatização do segundo grau de jurisdição no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **ADV Advocacia Dinâmica**: informativo semanal, v. 16, n. 11, p. 113-112, mar. 1996. [504456] SEN CLD PGR STJ STM TJD TST **STF**
21. ANTONINI, Eduardo Kenzi. E-jus: sessão eletrônica de julgamento. **Revista CEJ**, v. 8, n. 24, p. 33-36, jan./mar. 2004. [702915] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ TJD TST **STF**
22. ARAS, Vladimir. Videoconferência no processo penal. **Boletim científico da Escola Superior do Ministério Público da União**, v. 4, n. 15, p. 173-195, abr./jun. 2005. [758557] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD TST **STF**
23. ARAÚJO, Francisco Rossal de. A oralidade e o processo do trabalho. **Justiça do Trabalho**, v. 25, n. 298, p. 28-29, out. 2008. [839343] SEN CAM MTE STJ TST

24. ARAÚJO, Francisco Rossal de et al. Avanços tecnológicos: acesso ao Judiciário e outros temas. **ADV Advocacia Dinâmica** : boletim informativo semanal, v. 29, n. 36, p. 650-647, set. 2009. [859622] CAM PGR STJ TJD TST **STF**
25. ARAÚJO, Patricio Piauiense Soares de. Informatização do TCE-PI: uma realidade. **Revista do Tribunal de Contas do Estado do Piauí**, v. 3, n. 3, p. 51-54, dez. 1995. [506796] SEN TCD
26. ASCENSÃO, José de Oliveira. Sociedade da informação e mundo globalizado. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, n. 22, p. 161-182, jan./jun. 2002. [667347] SEN CAM STJ
27. ASPER Y VALDES, Daisy de. A informática jurídica: a máquina e o homem. **Revista de Informação Legislativa**, v. 21, n. 84, p. 379-400, out./dez. 1984. [414192] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
28. ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. Advocacia e informática. **Revista Jurídica Mineira**, v. 10, n. 104, p. 7-23, nov./dez. 1993. [489040] SEN CAM STJ **STF**
29. _____. Direito digital e novas tecnologias: como o mundo digital mudou a cara da Justiça e dos crimes no Brasil. **Justilex**, v. 7, n. 76, p. 6-10, jan. 2009. [840764] STJ TCD TJD
30. _____. A informática aplicada ao direito. **Revista Jurídica Mineira**, v. 8, n. 92, p. 7-17, dez. 1991. [472145] SEN
31. _____. A informática jurídica. **Revista Jurídica Mineira**, v. 6, n. 63, p. 32-39, jul. 1989. [455218] SEN CAM STJ **STF**
32. _____. A justiça brasileira e o processo eletrônico. **Revista Brasileira de Direito Processual**, v. 17, n. 65, p. 69-84, jan./mar. 2009. [847870] STJ TJD **STF**
33. _____. As práticas processuais por meio eletrônico nos Tribunais Superiores. **Revista Fórum CESA/Centro de Estudos das Sociedades de Advogados**, v. 3, n. 8, p. 53-59, jul./set. 2008. [834203] MJU TJD
34. _____. O atual estágio de implantação das práticas processuais por meio eletrônico na Região Sul. **Revista do Instituto dos Advogados do Paraná**, n. 37, p. 23-29, set., 2009. [874908] SEN
35. _____. O processo eletrônico e a justiça do trabalho. **ADV Advocacia Dinâmica**: seleções jurídicas, p. 14-15, ago. 2009. [859686] CAM PGR STJ TJD TST **STF**
36. _____. O uso da informática nos negócios e como meio de prova em juízo. **Revista Jurídica Mineira**, v. 7, n. 78, p. 233-237, out. 1990. [455674] SEN CAM MJU STJ **STF**

37. ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. O uso dos computadores no exercício da profissão jurídica: responsabilidade pelo uso ilegal dos computadores. **Revista de Informação Legislativa**, v. 26, n. 103, p. 285-294, jul./set. 1989. [445114] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
38. _____; SILVA, Léo da. A Justiça na era digital: substituição do papel pelo documento eletrônico. **Consulex: revista jurídica**, v. 12, n. 272, p. 6-8, maio 2008. [818255] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
39. ATHIAS, Yeda Monteiro. A informática e seus impactos no Judiciário. **Unijus: revista jurídica**, v. 11, n. 15, p. 247-260, nov. 2008. [851011] SEN TJD
40. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Juizados Especiais Criminais: uma abordagem sociológica sobre a informatização da justiça penal no Brasil = Special criminal, courtrooms: a sociological approach on informatization of penal justice in Brazil. **Direito e Democracia**, v. 2, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2001. [631436] SEN
41. BACELAR, Selma Reiche. A internet e seus reflexos nos institutos jurídicos. **Revista dos Mestrados em Direito Econômico da UFBA**, n. 6, p. 335-350, jan./dez. 1998. [597680] SEN TJD **STF**
42. BAPTISTA, Luiz Olavo. Direito e informática: reflexão sobre novas fronteiras. **Revista de Direito Público**, v. 21, n. 86, p. 159-163, abr./jun. 1988. [441990] SEN CAM AGU MJU PGR STJ STM TCD TJD **STF**
43. BARACAT, Eduardo Milléo. Registro audiovisual dos depoimentos: fundamentos jurídicos. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 33, n. 126, p. 37-55, abr./jun. 2007. [794807] SEN CAM AGU MJU PGR TJD TST **STF**
44. BARACHO, Sóter Espírito Santo. A informática na PMMG. **Revista de Estudos e Informações**, v. 2, n. 2, p. 12-16, dez. 1985. [647841] STM
45. BARAÚNA, Augusto Cezar Ferreira de. A internet na vanguarda da ciência do direito. **Revista Jurídica/Faculdade de Direito de Anápolis**, v. 1, n. 1, p. 123-137, jan./dez. 1999. [585757] SEN
46. BARBIERI, Cristiane. Justiça digital. **Isto é Dinheiro**, n. 496, p. 36-37, 28 mar. 2007. [780173] SEN CAM MTE PGR
47. _____. Justiça digital. **Isto é Dinheiro**, n. 496, p. 36-37, 28 mar. 2007. [780173] SEN CAM MTE PGR
48. BARBOSA, Hugo Leonardo Penna. Lei nº 11.419/2006: o processo eletrônico como garantia de um Judiciário efetivo. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 49, p. 79-94, abr. 2007. [781633] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
49. BARROS, Carlos Juliano. A Justiça é cega, mas já usa internet. **Problemas brasileiros**, n. 388, p. 50-53, jul./ago. 2008. [846598] SEN CAM

50. BARROS, Marco Antonio de. Arquitetura preambular do processo judicial eletrônico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 889, v. 98, p. 427-460, nov. 2009. [870194] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
51. _____. Internet e videoconferência no processo penal = Internet and videoconference within the criminal proceeding. **Revista CEJ**, v. 10, n. 32, p. 116-125, mar. 2006. [767427] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ TJD TST **STF**
52. _____. Teleaudiência criminal: primeiros registros de sua realização no judiciário paulista = Tele-hearing for criminal cases: primary reports on its use within the judiciary in São Paulo. **Revista CEJ**, v. 14, n. 48, p. 52-59, jan./mar., 2010. [883680] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ TJD TST **STF**
53. BASTOS, Márcio Thomaz. Um olhar para o futuro do Superior Tribunal de Justiça: novos e velhos desafios para a afirmação do Tribunal da Cidadania. **Revista do Advogado**, v. 29, n. 103, p. 74-79, maio 2009. [849397] SEN TJD TST **STF**
54. BEEK, Guy-Laurent Van der. Informática jurídica integral. **Revista Forense**, v. 79, n. 281, p. 73-77, jan./mar. 1983. [401485] SEN CAM MJU PGR STJ STM TST **STF**
55. BEL, Jean. Informatique et droit compare. **Revue Internationale de Droit Compare**, v. 22, p. 269-295, avr./juin, 1970. [378840] SEN CAM **STF**
56. BELLEFONDS, Xavier Linant de. L'utilisation d'un 'systeme expert' en droit compare. **Revue Internationale de Droit Compare**, v. 46, n. 2, p. 703-718, avr./juin 1994. [488104] SEN CAM **STF**
57. BENUCCI, Renato Luís. A produção e a comunicação de atos processuais em meio eletrônico: o novo parágrafo único do art. 154, do CPC. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 44, p. 95-100, nov. 2006. [772495] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
58. _____. A repercussão geral no recurso extraordinário como instrumento de gestão judiciária. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 63, p. 116-125, jun. 2008. [818393] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
59. _____. A tecnologia da informação a serviço da agilidade na prestação jurisdicional. **Direito Federal**: revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil, v. 21, n. 75/76, p. 507-530, jan./jun. 2004. [691238] SEN CAM AGU STJ TJD **STF**
60. BILON, Jean-louis. L'aide informatisee a la decision judiciaire. **Revue Internationale de Droit Compare**, v. 42, n. 2, p. 855-861, avr./juin 1990. [467815] SEN CAM **STF**

61. BLUM, José Roberto Opice. O computador eletrônico a serviço do direito aplicado: os múltiplos recursos da informática na segurança e na agilização do andamento da justiça pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 72, n. 576, p. 299-306, out. 1983. [402403] SEN CAM MJU PGR STM TJD TST **STF**
62. BOTELHO, Fernando Neto. Justiça sem papel. **Justilex**, v. 6, n. 61, p. 26-28, jan. 2007. [789899] SEN STJ TCD **STF**
63. BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Reforma efetiva. **Consulex**: revista jurídica, v. 11, n. 243, p. 66, fev. 2007. [781234] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TST **STF**
64. BRANDÃO, Edison Aparecido. Rede nacional de vídeo conferência. **Revista APMP**, v. 2, n. 23, p. 80-81, out./nov. 1998. [552369] SEN PGR STJ STM TJD **STF**
65. BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Institucional. **Relatório/Supremo Tribunal Federal (STF)**, v. 2006/2008, p. 68-100, 2008. [857250] **STF**
66. _____. Prestação jurisdicional. **Relatório/Supremo Tribunal Federal (STF)**, v. 2006/2008, p. 23-67, 2008. [857167] **STF**
67. _____. Prestação jurisdicional. **Relatório/Supremo Tribunal Federal (STF)**, v. 2007, p. 9-28, 2007. [862617] **STF**
68. _____. Secretaria de Tecnologia da Informação/Supremo Tribunal Federal. **Relatório/Supremo Tribunal Federal (STF)**, v. 2006, p. [23-26], 2007. [866044] **STF**
69. BRASILEIRO, Ricardo Adriano Massara. Intimações eletrônicas no regime da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 72, p. 111-121, mar. 2009. [839829] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
70. BRESCIA, Sergio. L'informatica uno strumento per superare le secche dell'inefficienza? **Giustizia Civile**: Rivista Mensile di Giurisprudenza, v. 39, n. 4, p. 183-188, apr. 1989. [529060] **STF**
71. BRUNO, Gilberto Marques. O e-processo: a iniciativa da Associação dos Juizes Federais do Brasil em busca da informatização do processo judicial. **Doutrina Adcoas**, v. 5, n. 10, p. 351-356, out. 2002. [638433] SEN CAM STJ TJD TST **STF**
72. BUFFELAN, Jean-Paul. Iniciação a informática jurídica. **Arquivos do Ministério da Justiça**, v. 39, n. 164, p. 79-93, out./dez. 1982. [414637] SEN CAM AGU MJU PGR TCD **STF**
73. BUSATO, Paulo César. O direito penal e os paradigmas da revolução tecnológica. **Revista de Estudos Criminais**, v. 6, n. 21, p. 73-92, jan./mar. 2006. [759080] SEN CAM MJU PGR STJ TJD **STF**

74. BUZAGLO, Samuel Auday. A crise no Judiciário. **Carta Mensal**, v. 55, n. 651, p. 3-23, jun. 2009. [860399] SEN CLD MJU MTE STJ **STF**
75. CABRAL, Antonio do Passo. A eficácia probatória das mensagens eletrônicas. **Revista de Processo**, v. 31, n. 135, p. 97-131, maio 2006. [773207] SEN CAM AGU TCU MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
76. CALANDRA, Henrique Nelson. O Judiciário e a transição para a era digital. **Consulex: revista jurídica**, v. 13, n. 289, p. 35, jan. 2009. [846667] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
77. CALVETE RANGEL, Ricardo. Organization of justice in the twenty-first century: organizacion de la justicia en el siglo XXI. **Saint Louis University Law Journal**, v. 40, n. 4, p. 1049-1065, 1219-1238, Summer 1996. [521389] CAM **STF**
78. CÂMARA, Edson de Arruda. O direito brasileiro e a "internet". **Informativo Jurídico Consulex**, v. 14, n. 38, p. 14, 18 set. 2000. [591402] SEN CLD STJ **STF**
79. CAMPOS, Antonio Vianney. O fax e o Poder Judiciário. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, v. 18, n. 121, p. 87-89, fev. 1994. [485604] SEN CAM STJ TJD TST **STF**
80. CARCATERRA, Gaetano. L'informatica nel campo del diritto. **Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros**, v. 17, n. 61, p. 53-65, jul./dez. 1983. [428104] SEN CAM STJ **STF**
81. CARDOSO, Antonio Pessoa. A máquina e o juiz. **Consulex: revista jurídica**, v. 12, n. 274, p. 51, jun. 2008. [824162] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST
82. _____. O papel e a Lei nº 11.419/06. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 21, n. 10, p. 15, 12 mar. 2007. [781001] SEN CAM CLD STJ **STF**
83. CARDOSO, Oscar Valente. O processo judicial eletrônico tributário nos juizados especiais federais. **Revista Dialética de Direito Tributário**, n. 146, p. 109-125, nov. 2007. [811011] SEN CAM STJ **STF**
84. CARDOSO NETO, José Cavalcante. A utilização da videoconferência no poder Judiciário. **Revista LTr: legislação do trabalho**, v. 73, n. 10, p. 1231-1239, out. 2009. [865925] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TJD TST **STF**
85. CARIDI, Gianfranco. Un modello operativo per l'automazione di procedure giuridiche. **Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto**, v. 62, p. 378-398, lug./set. 1985. [535479] **STF**
86. CARLIN, Volnei Ivo. Iniciação a informática jurídica: reflexões sobre experiências realizadas. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, n. 5, p. 96-113, jun. 1982. [434584] SEN CAM
87. CARR, Charles e. Voices, texts, and technology evidence law confronts tapes and their transcriptions. **Saint Louis University Law Journal**, v. 35, n. 2, p.289-315, Winter 1991. [521235] CAM **STF**

88. CASTRO JUNIOR, Marco Aurélio de. A uniformização de tratamento das relações jurídicas travadas na internet. **Revista dos Me strands em Direito Econômico da UFBA**, n. 6, p. 215-227, jan./dez. 1998. [597661] SEN TJD **STF**
89. CAVALCANTE, Denise Lucena; MONTEIRO, Renato Leite. A era do governo eletrônico e as novas perspectivas do direito. **Revista Jurídica Tributária**, v. 2, n. 4, p. 55-71, jan./mar. 2009. [857867] CAM MTE TJD
90. CECCHERINI, Aldo. Il principio generale della motivazione dei provvedimenti giurisdizionali e l'informatica giuridica. **Giustizia Civile**: Rivista Mensile di Giurisprudenza, v. 39, n. 1, p. 54-63, genn. 1989. [529235] **STF**
91. CECONE, Adayde Santos. A informática como fator de produtividade na justiça do trabalho. **Revista do Tribunal Regio nal do T rabalho da 9 Região**, v. 26, n. 2, p. 49-52, jul./dez. 2001. [616640] CAM TST
92. CERDEIRA, Pablo de Camargo. Informatização de sistemas jurídicos e os protocolos de comunicação. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 20, n. 9, p. 4-6, 6 mar. 2006. [755357] SEN CAM CLD STJ **STF**
93. CERQUEIRA, Tarcisio Queiroz. Importância da informática no mundo jurídico. **Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros**, v. 17, n. 61, p. 49-52, jul./dez. 1983. [428103] SEN CAM STJ **STF**
94. CERSOSIMO, Samuel Oliveira. Não existe intimação por *e-mail*. **ADV Advocacia Dinâmica**: boletim informativo semanal, v. 29, n. 42, p. 755-754, out. 2009. [864115] CAM PGR STJ TJD **STF**
95. CHOUKR, Fauzi Hassan. Inquérito policial e peças informativas do crime: simplificação e modernização do inquérito: gravação de depoimentos e declarações por meio eletrônico ou magnético: hipótese de simples remessa de provas documentais ao Ministério Público. **Justitia**, v. 62, n. 189/192, p.91-99, jan./dez. 2000. [618372] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD **STF**
96. CLARK, Andrew. Technics and praxis technological innovation and legal practice in modern society. **Sociologia del Diritto**, v. 15, n. 41, p. 41-67, 1988. [530826] **STF**
97. CONTINI, Francesco. Tecnologie e organizzazione giudiziaria in Italia e Europa. **Sociologia del Diritto**, v. 33, n. 2, p. 129-168, magg./ag. 2006. [771299] **STF**
98. COPALO, Edilane Del Rio. ICP-Brasil. **Revista CEJ**, v. 7, n. 20, p. 58-66, jan./mar. 2003. [660412] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ TJD TST **STF**
99. CORDEIRO, Wolney de Macedo. Da reformulação do conceito de autos processuais no ambiente do processo eletrônico e suas consequências jurídicas. **Revista Trabalhista**: direito e processo, v. 9, n. 34, p. 132-143, abr./jun., 2010. [890690] SEN CAM MJU TST **STF**

100. CORRAZZA, Roque Antonio. Aplicações da cibernética ao direito em outras nações (experiências, resultados, opinião dos juristas). **Justitia**, v. 36, n. 84, p. 55-76, jan./mar. 1974. [350930] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
101. COSTA, Carlos; PICHONELLI, Guilherme. Quem ganha com a reforma administrativa do Judiciário. **Getúlio/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, v. 2, n. 8, p. 29-33, mar. 2008. [817166] SEN CAM MJU TST
102. COSTA, Luiz Antonio Severo da. A reforma da infra-estrutura do Judiciário. **Revista Forense**, v. 78, n. 280, p. 375-378, out./dez. 1982. [360630] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
103. CRUZ, Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e; OLIVEIRA, Vagner Feitosa. A virtual possibilidade de títulos cambiários eletrônicos. **Consulex**: revista jurídica, v. 13, n. 308, p. 37-38, nov. 2009. [868676] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
104. CUNHA, José Sebastião Fagundes. 50 anos de Instituto Brasileiro de Direito Processual e o processo eletrônico. **Revista de Processo**, v. 33, n. 156, p. 149-153, fev. 2008. [825221] SEN CAM TCU MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
105. _____. O princípio da oralidade deve se subsumir ao processo eletrônico. **Repertório IOB de Jurisprudência**: civil, processual, penal e comercial, n. 15, p. 465-457, 1. quin. ago. 2007. [794085] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
106. CUNHA JÚNIOR, Eurípedes Brito. Resolução n. 90 do CNJ: primeiros passos para a ressurreição do processo eletrônico. **Consulex**: revista jurídica, v. 13, n. 308, p. 28-29, nov. 2009. [867058] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
107. CUSTÓDIO, Helita Barreira. Quarto Congresso Internacional sobre Informática e Regulamentações jurídicas. **ADV Advocacia Dinâmica**: informativo semanal, v. 8, n. 46, p. 503, nov. 1988. [491039] **PGR**
108. DARIANI, Carlos A. Os advogados e a tecnologia. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 20, n. 2, p. 7, 16 jan. 2006. [754868] SEN CAM CLD STJ TCD TJD **STF**
109. DELGADO, José Augusto. Acesso a justiça: informatização do Poder Judiciário. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 12, n. 3, p. 118-124, mar. 1996. [508137] SEN CAM AGU TCU PGR STJ STM TCD TST **STF**
110. _____. O direito informático. **Doutrina Adcoas**, v. 5, n. 11, p. 377-378, nov. 2002. [640163] SEN CAM STJ TCD TJD TST **STF**
111. DI BENEDETTO, Giorgio. L'Informatica nell'udienza civile: interpretazione e selezione dei dati. **Giustizia civile**: rivista mensile di giurisprudenza, v. 50, n. 9, sett. 2000. Parte seconda: Osservatorio, p.407-423. [702254] **STF**

112. DIAS, Carlos Eduardo Oliveira. A informática e a prestação jurisdicional. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região**, n. 9, p. 66-74, 1997. [534705] TST
113. DIAS, Francisco Geraldo Apoliano. Justiça e informatização: prolegômenos introdutórios a aplicação da informática em juízo, ou de como tornar-se um viciado em computação. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, v. 20, n. 152, p. 19-35, set. 1996. [516363] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
114. DIAS, Jean Carlos. A validade e os conceitos processuais no procedimento eletrônico da Lei 11.419/06. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 67, p. 67-74, out. 2008. [828846] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
115. _____. O direito processual civil e sua informatização: aspectos fundamentais da Lei nº 11.419/2006. **Repertório IOB de Jurisprudência**: civil, processual, penal e comercial, n. 19, p. 589-586, 1. quin. out. 2007. [801837] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
116. DIAS, Maurício. Revolução silenciosa. **Carta Capital**, v. 15, n. 557, p. 12, ago. 2009. [853682] SEN CAM MJU MTE
117. DINIZ, Davi Monteiro. Documentos eletrônicos, assinaturas digitais: um estudo sobre a qualificação dos arquivos digitais como documentos. **Revista de Direito Privado**, n. 6, p. 52-95, abr./jun. 2001. [631013] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD **STF**
118. DOLEZALEK, Gero. Informática jurídica y derecho romano para la unificación del derecho en Latinoamérica. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**, v. 6, n. 21, p. 21-41, jul./set. 1982. [398934] CAM AGU MJU PGR STJ TJD **STF**
119. DOMINGUEZ LUIS, Jose Antonio. La explosión informática, el derecho y la administración. **Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense**: monográfico: nueva época, n. 20, p. 115-176, 1994. [536693] **STF**
120. DONIZETTI, Elpidio. Inovações tecnológicas a serviço do credor: aspectos da penhora por meio eletrônico. **Juris Plenum**, v. 5, n. 25, p. 41-48, jan. 2009. [838621] SEN STJ TJD **STF**
121. DUARTE, Arnaldo Rodrigues. Cibernética e justiça. **Revista de Direito da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, v. 6, p. 32-55, jan./jun. 1980. [392659] SEN CAM PGR STJ TJD **STF**
122. DUARTE, Evandro C. Piza. A máquina de vidro: sociedade de informação e processo penal. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da Faculdades do Brasil**, n. 4, p. 39-64, jan./dez. 2004. [822098] SEN
123. FALCÃO, Joaquim. O Judiciário e o software livre. **Consulex**: revista jurídica, v. 11, n. 240, p. 36-37, jan. 2007. [784889] CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TST **STF**

124. FALCÃO, Joaquim; BURGOS, Marcelo. Informação e acesso ao Judiciário. Entrevistados por Elaine Soares. **Fórum: debates sobre justiça e cidadania/Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj)**, v. 4, n. 16, p. 14-17, jul./ago. 2005. [810620] SEN PGR **STF**
125. FARAH, Elias. A advocacia no novo milênio. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo** : Nova Série, v. 8, n. 16, p. 127-146, jul./dez. 2005. [748296] CAM MJU STJ STM TJD **STF**
126. FERREIRA, Alexandre Marcos. Penhora on-line: evite riscos desnecessários. **Consulex: revista jurídica**, v. 13, n. 309, p. 14, nov. 2009. [868111] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
127. FERREIRA, Ana Amélia Menna Barreto de Castro. Sistemas tecnológicos e o Poder Judiciário: racionalização ou democratização da justiça. **Revista de Direito Privado**, v.6, n.21, p.22-48, jan./mar., 2005. [734505] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD **STF**
128. FERREIRA, Iverly Antiqueira Dias. A importância da assinatura digital nos contratos virtuais. **Informativo Jurídico Consul ex**, v. 23, n. 39, p. 5, 28 set. 2009. [861823] CAM STJ **STF**
129. FERREIRA, Pinto. A era da informática e a juscibernética. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, n. 2, p. 53-58, jul./dez. 2003. [764566] CAM AGU **STF**
130. FERREIRA, Zoroastro de Paiva. A tecnologia e o Poder Judiciário. **Atualidades Forense**, v. 12, n. 119, p. 25-26, nov./dez. 1988. [457410] SEN
131. FILGUEIRAS JUNIOR, Marcus Vinícius. A informática como opção jurídica vinculada da administração pública. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 21, n. 2, p. 191-197, fev. 2005. [803141] SEN CAM AGU CLD TCU MTE PGR PRO STJ TCD TJD TST **STF**
132. FIX FIERRO, Hector. Informatica juridica y estado de derecho. **Boletín Mexicano de Derecho Com parado**, v. 23, n. 68, p. 501-517, mayo/ago. 1990. [512472] CAM **STF**
133. FONSECA JÚNIOR, José de Ribamar Lima da. As relações virtuais no Código Civil. **Consulex: revista jurídica**, v. 12, n. 277, p. 61-65, jul. 2008. [827997] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
134. FONSECA, Fernando Daniel de Moura. Algumas considerações sobre os atos processuais em meio eletrônico: da Lei 9.800/99 à Lei 11.419/2006. **Revista de Processo**, v. 33, n. 155, p. 125-153, jan. 2008. [825241] SEN CAM TCU MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
135. FONTAINHA, Fernando de Castro. Informatização da vida e dos tribunais no Brasil = Eletronic resources in life and in brazilian law. **Revista Direito Gv**, v. 3, n. 1, p. 57-74, jan./jun. 2007. [839117] SEN TST

136. FONYAT, Maria Izabel de a. Ribeiro. Informática jurídica uma nova perspectiva no direito. **Revista da Consultoria Geral/Estado do Rio Grande do Sul**, v. 7, p. 111-140, 1977. [359686] **STF**
137. FRANÇA, Antonio de S. Limongi. Cibernética jurídica. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**, v. 10, n. 37, p. 118-135, jul./set. 1986. [430114] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD **STF**
138. FRANCIULLI NETTO, Domingos. Informática jurídica e a informatização do Tribunal de Justiça de São Paulo. **Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, v. 26, n. 137, p. 9-14, jul./ago. 1992. [468898] CAM STJ TJD **STF**
139. FREITAS, Gabriela Oliveira. Aplicabilidade da penhora on line no processo civil brasileiro. **Ciência Jurídica**, v. 23, n. 145, p. 397-423, jan./fev. 2009. [855830] SEN MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
140. FROSINI, Vittorio. Il giurista nella società tecnologica. **Sociologia del Diritto**, v. 22, n. 3, p. 5-18, 1995. [528686] **STF**
141. FUCK, Luciano Felício. O Supremo Tribunal Federal e a repercussão geral. **Revista de Processo**, v. 35, n. 181, p. 9-37, mar., 2010. [887854] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD TSTS **STF**
142. UM FUNCIONÁRIO ágil, econômico, muito eficiente. **Revista da OAB São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 34-35, mar./abr. 1983. [433875] SEN
143. FURTADO, João Rafael. Democracia e randomização do processo judicial. **ADV Advocacia Dinâmica** : boletim informativo semanal, v. 30, n. 32, p. 521-520, ago., 2010. [888987] CAM PGR STJ TJD **STF**
144. GAMA, Ricardo Rodrigues. Processo judicial verbal: uma proposta. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 58, n. 392, p. 111-119, jun., 2010. [888120] SEN CAM AGU CLD MTE PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
145. GAMA, Ricardo Rodrigues. Reformas processuais civis ingênuas. **Revista Nacional de Direito e Jurisprudência**, v. 9, n. 98, p. 29-41, fev. 2008. [820000] CAM STJ **STF**
146. GARCIA, Dínio de Santis. Aplicações da informática no Direito. **Revista do Advogado**, v. 1, n. 2, p. 36-39, jul./set. 1980. [423226] SEN TST **STF**
147. GARCIA, Fernando. O alvará judicial eletrônico e as dificuldades de cumprimento pelas instituições financeiras. **Consulex**: revista jurídica, v. 12, n. 279, p. 13, ago. 2008. [827699] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
148. GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Informatização e prestação jurisdicional: desafios e perspectivas. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 54, n. 40, p. 41-66, fev. 2006. [757622] SEN CAM AGU CLD MJU MTE PGR STJ STM TCD TJD **STF**

149. GIGLIO, Wagner D. Acertos e desacertos da Lei nº 11.419, de 18.12.2006. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 73, n. 1, p. 39-42, jan./mar. 2007. [790854] SEN CAM MJU PGR STJ TJD TST **STF**
150. _____. Informatização do processo judicial: acertos e desacertos: lei n. 11.419, de 18.12.2006. **Revista LTr: legislação do trabalho**, v. 71, n. 3, p. 304-305, mar., 2007. [790455] SEN CAM CLD MJU MTE PGR STJ TJD TST **STF**
151. GILLES, Peter. Eletronic civil procedure (some remarks to general aspects in concern of civil court proceedings, teletechnology and e-procedural law). **Revista de Processo**, v. 33, n. 158, p. 189-214, abr. 2008. [825197] SEN CAM TCU MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
152. GIORGIS, José Carlos Teixeira. O processo virtual. **ADV Advocacia Dinâmica**: boletim informativo semanal, v. 26, n. 49, p. 855-854, 10 dez. 2006. [778580] SEN CAM PGR STJ TJD **STF**
153. GODOY, Luciano de Souza. Informática jurídica: o modelo da Itália como um caminho para o Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 83, n. 705, p. 282-287, jul. 1994.[488063] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STM TCD TJD TST **STF**
154. GOETTLINGER, Franz. Automação da justiça. **Revista da Consultoria Geral/Estado do Rio Grande do Sul**, v. 8, p. 11-43, 1978. [364256] **STF**
155. GOMES, Luiz Flávio. Era digital, justiça informatizada. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, v. 3, n. 17, p. 40-41, jan./dez. 2003. [648686] SEN PGR STM TJD **STF**
156. GOMES NETO, José Mário Wanderley; NASCIMENTO, Suellen Poncell do. Análise dos critérios utilizados pelas decisões judiciais quanto à aplicação da penhora eletrônica no cumprimento de sentença: um estudo de caso nas varas federais cíveis na seção judiciária de Pernambuco. **Revista de Processo**, v. 34, n. 170, p. 251-283, abr. 2009. [849565] SEN CAM TCU MJU MTE PGR STJ STM TJD TST **STF**
157. GOUVEIA, Jorge Bacelar. Os direitos fundamentais a proteção dos dados pessoais informatizados. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, v. 1, n. 2, p. 169-194, 1995. [498457] **STF**
158. GRECO, Leonardo. A revolução tecnológica e o processo. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, n. 19, p. 111-132, jul./dez. 2000. [601174] SEN CAM
159. GUIBOURG, Ricardo. A justiça e a máquina. **Revista da Consultoria Geral/Estado do Rio Grande do Sul**, v. 7, p. 11-33, 1977. [360629] **STF**
160. GUIMARÃES, João Francisco. Tempus Regit Actum. **Revista CEJ**, v. 1, n. 3, p. 158-161, set./dez. 1997. [536780] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TJD **STF**

161. GUIMARÃES, José Lázaro Alfredo. A internet e o Código de Processo Civil. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 14, n. 1, p. 6-8, 3 jan. 2000. [573122] SEN CLD STJ
162. _____. O computador: meio de acesso a justiça. **Revista Ajufe**, n. 41, p. 31-36, jun. 1994. [502382] SEN STJ **STF**
163. HEIN, Ronaldo. Enfim, o direito casa com a informática. **Revista da OAB São Paulo**, v. 1, n. 1, p. 30-33, nov./dez. 1982. [433848] SEN
164. HINZ, Henrique Macedo. Mudanças sociais e tendências do direito processual. **Revista LTr: legislação do trabalho**, v. 71, n. 12, p. 1448-1452, dez. 2007. [813303] SEN CAM CLD MJU MTE PGR STJ TJD TST **STF**
165. HOESCH, Hugo Cesar. O ciberespaço e o direito. **Revista Trimestral de Jurisprudência do s Estado s**, v. 22, n. 167, p. 15-28, nov./dez. 1998. [548030] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
166. _____. Sistemas especialistas para mediação. **Revista Trimestral de Jurisprudência do s Estado s**, v. 22, n. 165, p. 87-93, jul./ago. 1998. [547949] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
167. IGLESIAS RÍO, Miguel Angel; PÉREZ PARENTE, Juan Antonio. La pena de localización permanente y su seguimiento con medios de control electrónico. **Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano**, v. 12, n. 2, p. 1071-1107, 2006. [799380] STJ
168. JACOB, Cristiane Bassi. Contexto histórico da sociedade da informação: internet, comércio eletrônico e documento digital. **Repertório IOB de Jurisprudência: civil, processual penal e comercial**, n. 6, p. 184-179, 2 quin. mar. 2004. [692547] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
169. JRADI, Walid Abdala Rfaei. O operador de direito versus GPFS do Windows. **Jornal Trabalhista**, v. 13, n. 636, p. 1315-1314, dez 1996. **Jornal Trabalhista**, v. 13, n. 637, p. 1342-1339, dez. 1996. Artigo em continuação, publicado na mesma revista. [514850] SEN STJ TST
170. KAMINSKI, Omar. A importância dos nomes na internet. **Revista CEJ**, v. 6, n. 19, p. 9-14, out./dez. 2002. [652977] CAM AGU CLD PGR STJ TJD TST **STF**
171. LA TORRE, Maria Enza. La sentenza del giudice nelle prospettive dell'informatica giuridica. **Giustizia Civile: Rivista Mensile di Giurisprudenza**, v. 39, n. 9, p. 303-397, set. 1989. [529428] **STF**
172. LAZZARI, João Batista. O processo eletrônico como solução para a morosidade do Judiciário. **Revista de Previdência Social**, v. 30, n. 304, p. 173-174, mar. 2006. [757219] SEN CAM MTE STJ **STF**
173. LEAL, Augusto César de Carvalho. A Lei 11.419/2006 e a regulamentação das comunicações processuais eletrônicas no bojo do processo judicial telemático. **Juris Plenum**, v. 3, n. 14, p. 9-16, mar. 2007. [780238] SEN CAM STJ TJD **STF**

174. LEAL JÚNIOR, Cândido Alfredo Silva. Decidindo e escrevendo no novo processo eletrônico = Deciding on how to draft the new online court records. **Revista CEJ**, v. 14, n. 49, p. 101-114, abr./jun., 2010. [891368] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ TJD TST **STF**
175. LEITE JÚNIOR, Nelson. A advocacia moderna. **Justilex**, v. 3, n. 29, p. 12-17, maio 2004. [701736] STJ TCD
176. LESSA, Paulo Inácio Dias. Valorização do Judiciário. Entrevistado por Léo da Silva Alves. **Consulex**: revista jurídica, v. 11, n. 253, p. 6-8, jul. 2007. [806495] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
177. LIBRANDO, Vito. La tutela della riservatezza nello sviluppo tecnologico. **Giustizia Civile**: Rivista Mensile di Giurisprudenza, v. 37, n. 1, p. 15-25, genn. 1987. [530708] **STF**
178. LICCARDO, Pasquale. Introduzione al processo civile telematico. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, v. 54, n. 4, p. 1165-1204, dic. 2000. [704565] CAM **STF**
179. LIMA, Firmino Alves. Comentários à Lei n. 11.419/06, que trata da informatização do processo judicial: uma visão para a Justiça do Trabalho. **Revista LTr**: legislação do trabalho, v. 71, n. 3, p. 351-360, mar. 2007 [787030] SEN CAM CLD MJU MTE PGR STJ TJD TST **STF**
180. LIMA, George Marmelstein. Pela racionalidade dos expedientes forenses: o máximo de resultados com o mínimo de atos processuais. **Revista do Tribunal Regional Federal**: 1 Região, v. 15, n. 7, p. 34-57, jul. 2003. [665054] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
181. LIMA, Iran de. Técnica jurídica e modernização do direito. **Defesa Nacional**: revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros, v. 65, n. 677, p. 179-191, maio/jun. 1978. [366090] SEN STM
182. LIMA, Mario Jorge P. de Castro. Direito e tecnologia. **Revista dos Mestrados em Direito Econômico da UFBA**, n. 6, p. 229-240, jan./dez. 1998. [597666] SEN TJD **STF**
183. LIMBERGER, Têmis. Transparência administrativa e novas tecnologias: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 30, n. 64, p. 33-47, jul./dez. 2006. [817062] SEN CAM STJ TJD **STF**
184. LISERRE, Antonio. L'avvento del documento elettronico. **Rivista di Diritto Civile (Padova)**, v. 44, n. 5, p. 476-482. Pt. 1, set./ott. 1998. [549664] SEN STJ
185. LOBATO, Mario Antônio. Direito eletrônico. **Consulex**: revista jurídica, v. 6, n. 131, p. 60-61, jun. 2002. [631090] SEN CAM AGU CLD PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**

186. LOPES, Leopoldo Fernandes da Silva. Processo e procedimento judicial virtual: comentários judicial à Lei 11.419/06 e suas importantes inovações. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 353, p. 61-76, mar. 2007. [783536] SEN CAM AGU CLD MJU MTE PGR STJ TCD TJD TST **STF**
187. LOPES, Mônica Sette. O real, o virtual e a dinâmica jurídica. **Revista LTr**: legislação do trabalho, v. 71, n. 8, p. 948-956, ago. 2007. [807165] SEN CAM CLD MJU MTE PGR STJ TJD TST **STF**
188. LOPES, Rénan Kfuri. Retrospectiva das principais legislações introduzidas em 2007. **ADV Advocacia Dinâmica** : seleções jurídicas, p. 29-46, jan. 2008. [806418] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
189. LOPEZ-MUNIZ DE MENDIZABAL, Blanca. Informática jurídica. **Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense**, n. 63, otono, 1981. Nueva Época, p. 203-239. [537843] **STF**
190. LOSANO, Mario Giuseppe. Informática jurídica. **Arquivos do Ministério da Justiça**, v. 39, n. 164, p. 95-102, out./dez. 1982. [414638] SEN CAM AGU MJU PGR TCD **STF**
191. _____. A informática jurídica vinte anos depois. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 84, n. 715, p.350-367, maio 1995. [499489] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STM TCD TJD TST **STF**
192. LUCCA, Newton de. Os atos processuais e a Lei nº 9.800/99. **Revista da Faculdade de Direito da U niversidade de São Paulo**, n. 100, p. 79-99, jan./dez. 2005. [741627] SEN CAM MJU PGR STJ TJD TST **STF**
193. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Duração razoável e informatização do processo nas recentes reformas. **Revista Fórum CESA/Centro de Estudos das Sociedades de Advogados**, v. 2, n. 4, p. 46-52, jul./set. 2007. [832238] MJU TJD
194. MACEDO, Marco Aurelio Prates de. Integração pela informática TST, TRT. **Revista d o Tribunal Superior do Trabalho**, v. 59, p. 161-162, 1990. [453336] CAM MTE PGR TST **STF**
195. MACHADO, Agapito. Juizados federais virtuais: virtual federal courts. **Revista CEJ**, v. 9, n. 31, p. 75-84, dez. 2005. [756270] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD TST **STF**
196. MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (Coord.). SISPENAS [recurso eletrônico]: sistema de consulta sobre crimes, penas e alternativas à prisão. **Revista Jurídica**, Brasília, v. 10, n. 90 nesp, p. 1-26, abr./maio 2008. [826492] **STF**
197. MACIEL FILHO, Euro Bento. Em defesa da prescrição intercorrente e retroativa. **Boletim IBC Crim**, v.15, n.183, p.4, fev., 2008. [822529] CAM PGR TJD **STF**

198. MADALENA, Pedro. Administração da justiça: videoconferência: interrogatório. **Repertório IOB de Jurisprudência** : civil, processual, penal e comercial, n. 23, p. 765-762, 1. quin. dez. 2008. [836669] CAM PGR STJ TJD TST **STF**
199. _____. Informatização moderna no Poder Judiciário: aplicação de sistemas inteligentes inovadoras no processo judicial. **Cidadania e Justiça**, v. 5, n. 12, p. 158-160, jul./dez. 2002. [648285] SEN CAM **STF**
200. _____. O Judiciário dispendo dos avanços da informática. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 15, n. 27, p. 7-13, 2 jul. 2001. [599666] SEN CAM CLD STJ **STF**
201. _____. O Judiciário e os sistemas informatizados: "dicas" e soluções para desafogar o Poder Judiciário, através de sistemas artificiais de inteligência. **Consulex**: revista jurídica, v. 4, n. 42, p. 62-64, jun. 2000. [576548] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
202. _____. Processo judicial automatizado e virtualizado. **Consulex**: revista jurídica, v. 6, n. 137, p. 42-47, set. 2002. [638572] SEN CAM AGU CLD PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
203. _____. Sentença criminal programada por computador. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 90, n. 790, p. 495-517, ago. 2001. [607383] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
204. _____. Sentença por processamento eletrônico. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 14, n. 22, p. 5-8, 29 maio, 2000. [590217] SEN CLD STJ **STF**
205. MADEIRA, Dhenis Cruz. Processo eletrônico e cognição do direito democrático. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 55, p. 51-68, out. 2007. [797819] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
206. MALTA, Jose Antonio Macedo. Informática jurídica. **Revista da Faculdade de Direito de Caruaru**, v. 24, n. 18, p. 683-688, 1987. [491520] SEN
207. MALTA, Jose Antonio Macedo. Modelística e jurimetria. **Revista da Faculdade de Direito de Caruaru**, v. 14, n. 9, p. 193-197, 1974. [347370] SEN CAM
208. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Criptografia assimétrica, assinaturas digitais e a falácia da neutralidade tecnológica. **Doutrina ADCOAS**, v. 5, n. 5, p. 149-151, maio 2002. [626041] SEN CAM STJ TJD TST **STF**
209. _____. O documento eletrônico como meio de prova. **Revista de Direito Imobiliário**, v. 22, n. 47, p. 70-102, jul./dez. 1999. [564916] SEN CAM MJU PGR STJ TJD **STF**
210. _____. Intimações judiciais por via eletrônica: riscos e alternativas. **Doutrina Adcoas**, v. 7, n. 24, p. 480-488, 2. quin. dez. 2004. [719472] SEN CAM STJ TJD TST **STF**

211. MARINELLI, Vincenzo. Computer e logica informale. **Rivista Internazionale di Filosofia Del Diritto**, v. 60, p. 581-594, ott./dic. 1983. [535268] **STF**
212. _____. Cultura giuridica e processi di informatizzazione. **Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto**, v. 62, p. 421-438, lug./set. 1985. [535481] **STF**
213. MARLIÈRE, Luciane Freitas de Almeida. Fere o interrogatório do réu on line, o princípio da ampla defesa? **Revista Direito Militar**, v. 12, n. 69, p. 35-38, jan./fev. 2008. [816808] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD **STF**
214. MARTINO, Antonio Anselmo. Informatica jurídica hoje. **Julgados do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo**, v. 21, n. 91, p. 7-22, jul./ago. 1987. [454524] TJD **STF**
215. MARTINS, Adalberto. Justiça do trabalho: uma visão atualizada. **FMU Direito: revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo**, v. 19, n. 27, p. 58-64, 2005. [758588] SEN CAM PGR STJ **STF**
216. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. TST: balanço de 2007. **Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário**, v. 4, n. 22, p. 103-109, jan./fev. 2008. [828347] SEN PGR STJ TJD **STF**
217. MASSONI, Tulio de Oliveira. Novas tecnologias no processo jurisdicional do trabalho. **Revista LTr: legislação do trabalho**, v. 69, n. 10, p. 1212-1228, out. 2005. [751196] SEN CAM CLD MJU MTE PGR STJ TJD TST **STF**
218. MASUCCI, Alfonso. Il documento informatico: profili ricostruttivi della nozione e della disciplina. **Rivista di Diritto Civile**, v. 50, n. 5, p. 749-789, sett./ott. 2004. [722185] SEN **STF**
219. MATTOS, Claudio de Oliveira. Direito e tecnologia: a necessidade da interação. **Doutrina Adcoas**, v. 1, n. 7, p. 263-264, jul. 1998. [543063] SEN STJ TJD
220. MEIRELES, Indira Fábila dos Santos. Penhora on-line: avanço ou temeridade. **Consulex: revista jurídica**, v. 12, n. 278, p. 63-65, ago. 2008. [828330] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
221. MELO, Marco Antonio Machado Ferreira. Da evolução do paradigma da agricultura ao paradigma da informação. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 19, n. 35, p. 56-67, dez.1997. [549795] SEN
222. _____. Perspectivas do uso da internet no curso de direito. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 16, n. 30, p. 52-64, jun. 1995. [557276] SEN
223. MENDES, Armindo Ribeiro. Valor probatório dos documentos emitidos por computador. **Documentação e Direito Comparado**, n. 47/48, p. 487-527, jul./dez. 1991. [474880] SEN

224. MENDES, Rômulo de Araújo. Modernidade, qualidade e eficiência do Poder Judiciário num contexto de economia globalizada. **Revista de Doutrina e Jurisprudência/Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, n. 54, p. 82-106, maio/ago. 1997. [551722] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
225. MENDONÇA, Henrique Guelber de. A informatização do processo judicial sem traumas. **Revista de Processo**, v. 33, n. 166, p. 118-135, dez. 2008. [846675] SEN CAM TCU MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
226. MOISSET DE ESPANES, Luis. Informatica, seguridad juridica y responsabilidad del registrador. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**, v. 14, n. 51, p. 43-54, jan./mar. 1990. [457447] SEN CAM AGU MJU PGR STJ TJD **STF**
227. MONTENEGRO, Antônio de Pádua Lima. Justiça com resultados. Entrevistado por Léo da Silva Alves. **Consulex: revista jurídica**, v. 12, n. 284, p. 6-8, nov. 2008. [834718] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
228. MOREIRA, Rogério de Menezes Fialho. A implantação dos juizados virtuais na 5. região. **Revista Esmafe / Escola de Magistratura Federal da 5. Região**, n. 7, p. 43-59, ago. 2004. [721421] SEN PGR STJ TJD **STF**
229. MOREIRA, Rômulo de Andrade. O Supremo Tribunal Federal e o interrogatório por videoconferência. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 362, p. 87-102, dez. 2007. [795281] SEN CAM AGU CLD TCU MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
230. MOURÃO, Licurgo; ELIAS, Gustavo Terra. A imprescindibilidade da assinatura eletrônica, da assinatura mecânica e da certificação digital para a administração pública brasileira. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, v. 8, n. 95, p. 37-45, nov. 2009. [869728] SEN CAM AGU CLD TCU MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
231. MUCHERONI, Marcos Luiz. Direito virtual: breve ontologia e conceito. Tempo: **Revista da Faculdade de Direito de Marília**, n. 5, p. 161-176, ago. 2003. [686555] SEN
232. NAVES, Nilson. Direito e tecnologias da informação. **Revista CEJ**, v. 6, n. 19, p. 6-8, out./dez. 2002. [652937] CAM AGU CLD PGR STJ TJD TST **STF**
233. NEDER, Ricardo. A velocidade na Justiça. **Dados e Idéias**, v. 8, n. 60, p. 54-56, maio 1983. [399940] CAM
234. NEVES, José Eduardo Santos. Os Juizados Especiais Federais de São Paulo revisitados. **Revista do Advogado**, v. 24, n. 80, p. 36-44, nov. 2004. [733820] SEN CAM AGU STJ TJD TST **STF**
235. NORTHFLEET, Ellen Gracie. Abertura do ano Judiciário 2007. **Relatório/Supremo Tribunal Federal (STF)**, v. 2006/2008, p. 10-13, 2008. [857075] **STF**

236. NORTHFLEET, Ellen Gracie. Abertura do ano judiciário 2008. **Relatório/Supremo Tribunal Federal (STF)** , v. 2006/2008, p. 14-16, 2008. [857112] **STF**
237. NOVELLI, Vittorio. L'informatica giuridica al servizio del paese. **Giustizia Civile: Rivista Mensile Di Giurisprudenza**, v. 28, n. 7/8, p. 105-115, iuglio/ag. 1978. [385294] **STF**
238. NUNES, Elpídio Donizetti. Informatização da justiça de 1. grau: experiência e perspectivas. **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 20, n. 1/2, p. 403-412, dez. 1991. [463600] SEN CAM PGR STJ TJD **STF**
239. OLIVEIRA, Bruno Augusto Santos. Juizado virtual: o deslocamento do centro de gravidade ontológico do processo-papel para a problemática da eficiência da justiça. **Revista do Tribunal Regional Federal: 1 Região**, v. 16, n. 11, p. 17-27, nov. 2004. [721222] CAM AGU MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
240. OLIVEIRA, Lauro Laertes de. Da Morosidade judicial. **Paraná Judiciário**, n. 56/57, p. 67-72, 2005/2006. [772946] STJ **STF**
241. OLIVEIRA, Mauro Marcio. Legimetria: uma proposta e dois exercícios experimentais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 30, n. 120, p. 187-242, out./dez. 1993. [482867] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
242. OLIVEIRA, Vallisney de Souza. O direito e as novas tecnologias da informação e comunicação: processo virtual uma realidade irreversível. **Consulex: revista jurídica**, v. 13, n. 308, p. 26-27, nov. 2009. [867057] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
243. OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. Direito e internet: um diálogo atual e necessário. **Sequência: revista do curso de pós-graduação em direito da UFSC**, v. 21, n. 38, p. 135-149, jul. 1999. [586350] SEN
244. PACHECO, José da Silva. Da informatização do processo judicial consoante a Lei nº 11.419, de 2006, que está em vigência a partir de 20-3-2007. **ADV Advocacia Dinâmica: boletim informativo semanal**, v. 27, n. 14, p. 305-302, 8 abr. 2007. [782744] SEN CAM PGR STJ TJD **STF**
245. PACHECO, José da Silva. Da prática e comunicação de ato processual por meios eletrônicos. **ADV Advocacia Dinâmica: boletim informativo semanal**, v. 26, n. 20, p. 334-332, 21 maio 2006. [761951] SEN CAM PGR STJ TJD **STF**
246. PAESANI, Liliana Minardi. A informática como disciplina jurídica. **FMU Direito: Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo**, v. 17, n. 25, p. 135-143, 2003. [680181] SEN CAM PGR STJ **STF**
247. PAGANO, Rodolfo. Notas para um sistema de informática jurídica. **Arquivos do Ministério da Justiça**, v. 37, n. 154, p. 1-49, abr./jun. 1980. [390341] SEN CAM AGU MJU PGR STM TCD **STF**

248. PAIVA, Mário Antônio Lobato de. O apartheid digital. **Genesis Revista de Direito do Trabalho**, v. 21, n. 123, p. 332-333, mar. 2003. [661710] SEN STJ TST
249. _____. A carta de Herédia: regras mínimas para a difusão de informação judicial em internet. **Genesis: Revista de Direito do Trabalho**, v. 22, n. 130, p. 559-565, out. 2003. [675555] SEN CAM AGU MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
250. _____. A difusão de informações judiciais na internet e seus efeitos na esfera trabalhista. **ADV Advocacia Dinâmica** : seleções jurídicas, n. 7, p. 21-26, jul. 2005. [662254] SEN CAM PGR STJ TCD TJD TST **STF**
251. _____. Fac-símile: a utilização da lei do fac-símile para o e-mail. **Síntese Trabalhista**, v. 15, n. 170, p. 33-36, ago. 2003. [666221] AGU MTE PGR STJ TST **STF**
252. _____. A influência da internet na sociedade moderna. **Consulex**: revista jurídica, v. 13, n. 308, p. 30-31, nov. 2009. [868624] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
253. _____. Informática: o futuro da justiça. **ADV Advocacia Dinâmica**: seleções jurídicas, p. 4-8, ago. 2009. [790364] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
254. _____. A informatização da justa causa. **Jornal Trabalhista Consulex**, v. 18, n. 849, p. 8-9, 5 fev. 2001. [588318] SEN CAM MTE STJ TST **STF**
255. PAIVA, Mário Antônio Lobato de. A inteligência artificial das leis. **O Trabalho**: doutrina em fascículos mensais, n. 156, p. 5473-5474, fev., 2010. [876841] TST **STF**
256. _____. A intimidação informática do trabalhador. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região**, n. 18, p. 220-238, jan./mar. 2002. [663714] STJ TST
257. _____. Processo eletrônico: pagamento de preparo. **Consulex**: revista jurídica, v. 13, n. 301, p. 44-45, jul. 2009. [855277] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
258. _____. Processo virtual. **Consulex**: Revista Jurídica, v. 7, n. 154, p. 32-33, jun. 2003. [657812] SEN CAM CLD PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
259. _____. Rumos do direito eletrônico. **Decisório Trabalhista**, v. 14, n. 153, p. 40-57, abr. 2007. [683619] SEN STJ TST **STF**
260. _____. A semelhança entre o disco de vinil e o direito (breve retrospecto do impacto tecnológico no direito). **Genesis: Revista de Direito do Trabalho**, v. 21, n. 122, p. 229-231, fev. 2003. [653628] SEN STJ TCD TST **STF**
261. _____. Somente dinheiro compensa o dano moral? **ADV Advocacia Dinâmica**: boletim informativo semanal, v. 29, n. 39, p. 703-702, set. 2009. [861484] CAM PGR STJ TJD **STF**

262. PAIVA, Mário Antônio Lobato de. Validade do comprovante eletrônico de preparo. **O Trabalho**: doutrina em fascículos mensais, n. 152, p. 5267-5269, out. 2009. [869312] TST **STF**
263. PARENTONI, Leonardo Netto; OLIVEIRA, Raquel Diniz. Uma advertência sobre interoperabilidade e o artigo 154, parágrafo único, do CPC. **Revista Magister**: direito civil e processual civil, v. 4, n. 19, p. 51-73, jul./ago. 2007. [795305] SEN TCU MJU STJ TJD
264. PAULON, Rosana Marques. O documento eletrônico no processo administrativo fiscal. **Revista Dialética de Direito Tributário**, n. 60, p. 120-130, set. 2000. [578664] SEN CAM STJ **STF**
265. PAVEZI, Luís Fernando E. de Barros. Direito digital: a não-necessidade de lei específica que proteja o direito à intimidade. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 19, n. 46, p. 10-12, 21 nov. 2005. [748157] SEN CAM CLD STJ **STF**
266. PÉCORA, Luísa. Os desafios do advogado na era digital. **Getúlio/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, v. 3, n. 18, p. 13-15, nov. 2009. [869922] SEN CAM MJU TST
267. PEIXOTO, Cláudia Carneiro. Justiça "on line". **Informativo Jurídico Consulex**, v. 15, n. 37, p. 12-15, 10 set. 2001. [604728] SEN CLD STJ **STF**
268. PEIXOTO, Enio Sandoval. Diálogo imaginado em 1975 para tentar a colocação de problemas entre o pessoal de processamento de dados e os juristas. **O Advogado Trabalhista**, v. 1, n. 1, p. 68-72, jan./jun. 1986. [440758] SEN TST
269. PEREIRA, Alexandre Dias. A jurisdição na internet segundo o regulamento 44/2001: (e as alternativas extrajudiciais e tecnológicas). **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, n. 77, p. 633-687, 2001. [859853] CAM **STF**
270. PEREIRA, Ricardo Lourenço. A Lei n. 11.419 de 2006 informatiza o processo judicial. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 18 Região**, v. 10, p. 160-174, dez. 2007. [871658] SEM
271. PEREIRA, Sebastião Tavares. Processo eletrônico, máxima automação, extraoperabilidade, imaginalização mínima e máximo apoio ao juiz: ciberprocesso. **Revista Trabalhista**: direito e processo, v. 8, n. 30, p. 169-187, abr./jun. 2009. [862832] SEN CAM MJU TST **STF**
272. PEREIRA, Sergio Gischkow. Justiça e computador. **Ajuris**, v. 10, n. 28, p. 81-84, jul. 1983. [402776] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
273. PÉREZ, Marvin Carvajal. Novas tecnologias no Poder Judiciário de países da América Latina. **Boletim da ENFAM**, n. 4, p. 16, jun., 2009. [891668] STJ
274. PETTITI, Louis. Pesquisas e atividades do centro de informática do colégio de advogados de Paris. **Revista da Consultoria Geral/Estado do Rio Grande do Sul**, v. 5, p. 143-146, 1975. [379104] **STF**

275. PIMENTA, Marília Gonçalves. O direito processual na era da internet. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis**, n. 5, p. 49-72, 2003. [671388] SEN
276. PIMENTEL, Alexandre Freire. Do direito natural do direito artificial. **Revista da Esmape**, v. 4, n. 10, p. 43-59, jul./dez. 1999. [585190] SEN PGR **STF**
277. _____. Linguagem, simbologia e lógica aplicáveis ao direito cibernético. **Revista da Esmape**, v. 4, n. 9, p. 69-98, jan./jun. 1999. [585896] SEN PGR STJ **STF**
278. PIMENTEL, Anna Maria. Interrogatório por sistema de videoconferência. **Revista do Tribunal Regional Federal: 3 Região**, n. 63, p. 13-23, nov./dez. 2004. [729119] SEN CAM STJ TJD **STF**
279. PONTE, Carlos Robson da. Controle objetivo interno do Poder Judiciário. **Revista de Direito da Defensoria Pública**, v. 12, n. 16, p. 68-78, jul. 2000. [678542] CAM STJ
280. PUPIN, Cíntia Mítico Belgamo. A eficácia das decisões judiciais e os registros eletrônicos: penhora online, indisponibilidade de bens etc. **Revista de Direito Imobiliário (São Paulo)**, v.28, n.59, p.247-254, jul./dez. 2005. [759757] SEN CAM MJU PGR STJ TJD **STF**
281. PUPPE, Ingeborg. La protección de documentos en la era de la informática. Tradução Carlos Gomes Jara Díez. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 14, n. 63, p. 156-187, nov./dez. 2006. [787588] SEN CAM AGU MJU PGR STJ STM **STF**
282. REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Comunicação eletrônica de atos processuais na Lei nº 11.419/2006. **Repertório IOB de Jurisprudência: civil, processual, penal e comercial**, n. 3, p. 93-85, 1. quinz. fev. 2008. [787023] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
283. _____. A garantia de identificação das partes nos sistemas para transmissão de peças processuais em meio eletrônico: o modelo da Lei 11.419/2006. **ADV Advocacia Dinâmica: boletim informativo semanal**, v. 27, n. 12, p. 260-255, 25 mar. 2007. [781846] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
284. REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. A ICP-Brasil e os poderes regulatórios do ITI e do CG. **Consulex: revista jurídica**, v. 10, n. 218, p. 60-65, fev. 2006. [754043] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
285. _____. A informatização do processo judicial da "Lei do Fax" à Lei nº 11.419/06: uma breve retrospectiva legislativa. **Consulex: revista jurídica**, v. 11, n. 244, p. 34-37, mar. 2007. [791154] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TST **STF**
286. _____. Problemas decorrentes do uso de hiperlinks. **Revista CEJ**, v. 6, n. 19, p. 15-23, out./dez. 2002. [653066] CAM AGU CLD PGR STJ TJD TST **STF**

287. RESENDE, Dilma A. Certificação digital. **Revista Jurídica Unigran**, v. 11, n. 22, p. 111-122, jul./dez., 2009. [875313] SEN
288. RIBEIRO, Angelica. O computador agilizando a justiça. **Revista da OAB São Paulo**, v. 1, n. 6, p. 14-16, set./out. 1983. [433893] SEN
289. RIBEIRO, Antônio de Pádua. Impulso e modernização no STJ. **Mérito**, v. 1, n. 4, p. 5-8, mar. 2000. [570404] STJ
290. RICCI, Gian Franco. Aspetti processuali della documentazione informatica. **Rivista Trimestrale Di Diritto e Procedura Civile**, v. 48, n. 3, p. 863-887, set. 1994. [509015] CAM **STF**
291. ROCHA, Cesar Asfor. Justiça de qualidade. **Consulex**: revista jurídica, v. 12, n. 283, p. 18-19, out. 2008. [833801] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
292. RODRIGUES, Cassiano Garcia. Informatização do processo judicial: Lei 11.419/06. **Revista Autônoma de Processo**, n. 5, p. 129-152, jul./dez. 2008. [861915] STJ
293. RODRIGUES, Cláudia. A (des)valorização do trabalho humano pela Justiça do Trabalho. **Jornal Trabalhista Consulex**, v. 20, n. 961, p. 12-13, abr. 2003. [659234] SEN CAM STJ TST
294. RODRIGUES, Francisco César Pinheiro. A informática na justiça e os hackers. **ADV Advocacia Dinâmica** : boletim informativo semanal, v. 27, n. 39, p. 788-786, set. 2007. [800683] SEN CAM PGR STJ TJD **STF**
295. ROSSI, Júlio César. As informações prestadas através dos sites oficiais e os prazos processuais. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 24, p. 65-70, mar. 2005. [724203] SEN CAM PGR STJ TJD TST **STF**
296. ROTH, Robert. Les changements dans l'application du droit par l'effet des techniques. **Cahiers Vilfredo Pareto** : revue europeenne des sciences sociales, v. 29, n. 91, p. 147-157, nov. 1991. [499851] CAM
297. ROVER, Aires José. A tecnologia como fator de democratização do direito. **Seqüência**: estudos jurídicos e políticos, v. 19, n. 35, p. 50-55, dez. 1997. [549793] SEN
298. _____. Sistemas especialistas legais: pensando o sistema jurídico. **Seqüência**: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 15, n. 29, p.65-79, dez. 1994. [560683] SEN
299. SACK, Peter. Il diritto come discorso multiculturale e multitecnologico. **Sociologia del Diritto**, v. 26, n. 3, p. 247-270, luglio/sett. 1999. [575143] **STF**
300. SADY, João José. Positivismo versus modernidade: a resistência ao protocolo integrado e ao peticionamento eletrônico. **Genesis**: Revista de Direito do Trabalho, v. 22, n. 132, p. 845-847, dez. 2003. [678511] SEN STJ TST

301. SALOMÃO, Paulo César. Informática nos tribunais do Brasil e Portugal. **ADV Advocacia Dinâmica** : seleções jurídicas, n. 10, p. 29-38, out. 2005. [745285] SEN CAM PGR STJ **STF**
302. SAMPAIO, Gudesteu Biber. O Judiciário e a computação. **Revista d a Amagis**, v. 1, p. 140-144, 1983. [420727] STJ TJD TST **STF**
303. SANT'ANNA, Rubens. Cibernética e direito. **Advogado**, v. 1, n. 2, p. 39-42, abr./jun. 1984. [428591] CAM STJ TST
304. SANTOLIM, Cesar. Aspectos jurídicos do governo eletrônico: as tecnologias da informação na administração pública. **Revista d e Direito de Informática e Telecomunicações-RDIT** , v. 2, n. 2, p. 85-97, jan./jun. 2007. [797943] CAM CLD MJU STJ TJD
305. SANTOS, Ana Cristina Bastista. Informatização judicial: realidade urgente. **Consulex**: revista jurídica, v. 10, n. 236, p. 52-54, nov. 2006. [779600] SEN CAM CLD MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**
306. SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. A justiça trabalhista perante o sistema de poder: dinamização para quem? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8 Região**, v. 24, n. 46, p. 31-42, jan./jun. 1991. [461226] SEN CAM TCU MJU STJ TST
307. SARAIVA, Wellington Cabral. Aplicações da informática a atividade jurídica. **Revista dos Tribunais** , São Paulo, v. 83, n. 710, p. 237-242, dez. 1994. [495609] SEN CAM AGU CLD MJU PGR STM TCD TST **STF**
308. SCHAFFER, Jairo Gilberto. As possibilidades reais de avanço. **Revista CEJ**, v. 6, n. 17, p. 32-36, abr./jun. 2002. [637765] SEN CAM AGU CLD PGR STJ TJD TST **STF**
309. SCHIVINSKI, Marcellus. A importância da informática para o profissional do direito. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 15, n. 42, p. 16, 15 out. 2001. [608543] SEN CLD STJ **STF**
310. SILVA, Carlos Magno Brolesi. A criptografia e o mundo jurídico. **Consulex**: Revista Jurídica, v. 1, n. 7, p. 53, jul. 1997. [524877] SEN CAM AGU CLD STJ STM TCD TJD TST **STF**
311. SILVA, Flávio Rodrigues. A informática a serviço do processo. **Doutrina Adcoas**, v. 4, n. 3, p. 66-72, mar. 2001. [599330] SEN CAM STJ TJD TST **STF**
312. SILVA, Jorge Roberto Jeronymo da. Filosofia do direito e internet: óbices políticos, ideológicos e jurídicos à regularização do ciberespaço. **Doutrina Adcoas**, v. 4, n. 3, p. 77-80, mar. 2001. [599333] SEN CAM STJ TJD TST **STF**
313. SILVA, Marcos Mairton. Informatização dos procedimentos judiciais: possibilidades para um futuro (bem) próximo e necessidade de padronização prévia das informações. **Revista da OAB-CE** , v. 27, n. 4, p. 457-462, jul./dez. 2000. [597082] SEN

314. SILVA, Rita de Cássia Lopes da. Alguns aspectos divergentes sobre a criminalidade informática. **Revista de Ciências Jurídicas**, v. 4, n. 6, p. 179-190, 2000. [604958] SEN
315. SILVA JUNIOR, Djalma. Gerenciamento informatizado das informações e a celeridade processual: desafios da Procuradoria Geral do Estado. **Revista da Procuradoria Geral do Estado da Bahia**, n. 35/36, p. 213-221, jan./dez. 2007/2008. [870936] SEN STJ STF
316. SIMÕES, Felipe Siqueira de Queiroz. Penhora on-line: os meios jurídicos aliados à tecnologia. **Jornal Trabalhista Consulex**, v. 22, n. 1077, p. 11-12, jul. 2005. [738701] SEN CAM MTE PGR STJ TST
317. SIQUEIRA, Roberto Lima de. A informatização no Poder Judiciário de Minas Gerais. **Revista CEJ**, v. 6, n. 17, p. 37-39, abr./jun. 2002. [637932] SEN CAM AGU CLD PGR STJ TJD TST STF
318. SIQUEIRA FILHO, Elio Wanderley de. Recursos e celeridade processual. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, v. 19, n. 141, p. 47-64, out. 1995. [504856] SEN CAM PGR STJ TJD TST STF
319. SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. O direito na sociedade da informação. **FMU Direito**: Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo, v. 17, n. 25, p. 61-71, 2003. [680148] SEN CAM PGR STJ STF
320. SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. Repercussões civis da revolução tecnológica: informática e direito, informática jurídica, direito informático e direito de autor. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, n. 19, p. 68-94, jul./dez. 2000. [601163] SEN CAM
321. _____. Um as poucas palavras sobre informática jurídica, direito informático, direito de autor nos programas de computador (softwares) e internet. **Revista CEJ**, v. 3, n. 7, p. 120-126, jan./abr. 1999. [555632] SEN CAM CLD MJU PGR STJ TJD TST STF
322. SOUZA, Marco Antônio Costa. A informática e a prestação jurisdicional. **Revista da EMERJ**, v. 1, n. 4, p. 122-126, 1998. Edição Especial. [594094] SEN CAM AGU STJ TJD STF
323. SOUZA, Marcos Antônio Cardoso de. A legislação e a 'internet'. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 14, n. 39, p. 7-8, 25 set. 2000. [591411] SEN CLD STJ STF
324. STF processa primeiro recurso totalmente eletrônico: nova era. **Consultor Jurídico**, 17 out., 2007. [803114] STF
325. STRANGAS, Johannes. I rapporti tra l'informática ed i compiti della filosofia del diritto. **Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto**, v. 67, n. 4, p. 650-678, 1990. [535334] SEN STF
326. TENÓRIO, Igor. O advogado e a tecnologia, a reformulação do direito. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**, v. 7, n. 19, p. 269-277, maio/ago. 1976. [360143] SEN CAM STJ TST STF

327. TENÓRIO, Igor. Cibernética e direito. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**, v. 2, n. 3, p. 153-168, maio/ago. 1970. [343457] SEN CAM PGR STJ **STF**
328. _____. A evolução da informática jurídica no Brasil. **Arquivos do Ministério da Justiça**, v. 39, n. 164, p. 109-121, out./dez. 1982. [414651] SEN CAM AGU MJU PGR TCD **STF**
329. _____. A informática jurídica no Brasil e na UnB. **Revista Forense**, v. 79, n. 281, p. 488-493, jan./mar. 1983. [396807] SEN CAM MJU PGR STJ STM TJD TST **STF**
330. _____. Realizações brasileiras no campo da cibernética jurídica. **Revista de Informação Legislativa**, v. 13, n. 52, p. 169-182, out./dez. 1976. [357733] SEN AGU CLD MJU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
331. THOMASSET, Claude. Cantate a deux voix sur le theme, une revolution informatique en droit? **Revue Trimestrielle de Droit Civil**, n. 2, p. 315-338, avr./juin 1998. [551084] SEN CAM STJ **STF**
332. TORRES FILHO, Sylvio. Procedimentos judiciais on-line. **Consulex: revista jurídica**, v. 3, n. 29, p. 34-36, maio 1999. [552868] SEN CAM AGU PGR STJ TCD TJD TST **STF**
333. VANCIM, Adriano Roberto. O documento eletrônico e sua implicação no direito. **Jurisprudência Mineira/Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, v. 58, n. 182, p. 25-30, jul./set. 2007. [833566] SEN PGR STJ TJD TST **STF**
334. VARGAS, Franciely de. Aspectos constitucionais destacados dos atos processuais eletrônicos. **Revista de Processo**, v. 31, n. 141, p. 128-139, nov. 2006. [778692] SEN CAM AGU TCU MJU PGR STJ STM TJD **STF**
335. VASQUES, Eduardo. A lei é digitalizar: para tentar sanar o crônico problema da lentidão no julgamento das variadas causas, o Supremo Tribunal Federal investe tempo e recursos na revisão de procedimentos internos e na transformação de papéis em bits. **B2B Magazine**, v. 6, n. 73, p. 46-49, mar. 2007. [864207] MTE
336. VASQUEZ ALFARO, Guillermo Gabino. Los tribunales unitarios agrarios en el nuevo derecho mexicano. **Derecho y Reforma Agraria**, n. 28, p. 133-148, 1997. [546202] SEN
337. VERONESE, Alexandre. A política de certificação digital: processos eletrônicos e a informatização judiciária. **Revista de Direito de Informática e Telecomunicações - RDIT**, v. 2, n. 2, p. 9-40, jan./jun. 2007. [797458] CAM CLD MJU STJ TJD
338. VIANNA, Túlio Lima. Ação direta de inconstitucionalidade: procedimento eletrônico: constitucionalidade do art. 154 do Código de Processo Civil quanto à violação de princípios da divisão de poderes, da legalidade, do direito de defesa, do devido processo legal e da publicidade. **Revista Forense**, v. 104, n. 395, p. 347- 352, jan./fev. 2008. [813717] SEN CAM MJU PGR STJ STM TCD TJD TST **STF**

339. VIANNA, Túlio Lima. Cibernética penal. **Justilex**, v. 1, n. 7, p. 31-32, jul. 2002. [646707] SEN PGR STJ STM TCD
340. VIANNA, Túlio Lima. A constitucionalidade da Lei 11.419/2006 e seu enfrentamento diante da ADIn 3.880. **Revista de Processo**, v. 32, n. 154, p. 235-241, dez. 2007. [825348] SEN CAM AGU TCU MJU PGR STJ STM TJD TST.. **STF**
341. WEBER, Rosina. Administração do conhecimento jurisprudencial. **Opinio: Revista do Centro de Ciências Empresárias Políticas e Sociais**, n. 2, p. 17-31, jan./jun. 1999. [585279] SEN TJD
342. YARSHELL, Flávio Luiz. Eficácia probatória do documento eletrônico. **Repertório IOB de Jurisprudência** : civil processual penal e comercial, n. 21, p. 493-489, 1. quinz nov. 1999. [567953] SEN AGU PGR STJ TJD TST **STF**
343. ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. O processo "eletrônico" e suas repercussões no processo do trabalho. **Revista do Direito Trabalhista**, v. 13, n. 2, p. 14-18, fev. 2007. [788733] SEN CAM PGR STJ TST
344. ZITTRAIN, Jonathan L. The generative internet. **Harvard Law Review**, v. 119, n. 7, p. 1974-2040, May 2006. [763190] SEN **STF**

3. Artigos de Jornais

1. 22 TRIBUNAIS interligados ao STJ. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16907, 2 set. 2009. Política, p. 6. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário [859223] SEN **STF**
2. 40 MILHÕES de ações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 42128, 18 fev. 2009. Notas e Informações, p. A3. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça [840733] SEN **STF**
3. 450 MIL processos serão digitalizados. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 4 fev. 2009. Direito & Justiça, p. B7. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário [838952] **STF**
4. À EXCEÇÃO dos réus, todos ganham com a informatização: a modernização da justiça. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2007. Editorial. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [794311] SEN **STF**
5. A MODERNIZAÇÃO da Justiça. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2007. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [803823] SEN **STF**
6. ADRIANA, Paula. O Judiciário na era digital. **Mérito**, v. 1, n. 4, p. 33-34, mar. 2000. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [570479] STJ **STF**
7. ALLAN, Ricardo. Judiciário economiza com certificação digital. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 out. 2007. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [808164] SEN STJ **STF**
8. _____. Prejuízos por causa de abusos. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16272, 6 dez. 2007. Trata do sistema Bacenjud, de penhora eletrônica. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [803111] SEN **STF**
9. ALMEIDA, André Augusto Lins da Costa. A propaganda eleitoral na Internet. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14372, 23 set. 2002. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [645201] SEN STJ
10. ANDRIGHI, Fatima Nancy. Informatização acelerará processo no Tribunal de Justiça do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 11863, 23 out. 1995. Caderno Direito e Justiça, p. 1. [320080] SEN STJ
11. APROVADO projeto que acelera Justiça. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A12, 1 dez. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [778452] SEN **STF**
12. BANCO de dados vai mudar o Judiciário: um dos objetivos é torná-lo mais rápido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 jun. 1989. Disponível também na Pasta do Min. Néri da Silveira. [821658] **STF**

13. BASILE, Juliano. Processo eletrônico terá uma exceção. **Valor Econômico**, São Paulo, n. 2561, 2 ago. 2010, Legislação & Tributos, p. E1. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/8/2/processo-eletronico-tera-uma-excecao>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [886931] SEN **STF**
14. BELINATI, Roberval Casemiro. Vantagens da teleaudiência judiciária. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16296, p. 15, 30 dez. 2007. [857330] SEN
15. BESSA, Leonardo Roscoe. Fraude via internet. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16052, 30 abr. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 6. [784535] SEN STJ
16. BRÍGIDO, Carolina. A Justiça é cega, mas acessa a internet. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/04/17/a-justica-cega-mas-acessa-internet-stf-ja-recebeu-2-mil-acoes-em-meio-eletronico-em-6-meses-916368844.asp>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [878856] **STF**
17. BRÍGIDO, Carolina. Súmula vinculante e informatização, exemplos de boas ações no Judiciário. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 26989, 29 jun. 2007. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [803825] SEN **STF**
18. BRÍGIDO, Carolina. TSE desafia hackers. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 27795, 12 set. 2009. O País, p. 13. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [859233] SEN **STF**
19. BROSSARD, Paulo. A fome da loba. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 jul. 2007. Disponível também na Pasta do Min Paulo Brossard. [808540] **STF**
20. CAI tempo médio de tramitação dos processos criminais no STF. **Universo Jurídico**. Notícias, 28 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uj.com.br/online/noticias/default.asp?action=noticia&idnoticia=85397>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [871526] **STF**
21. CALANDRA, Henrique Nelson. O Judiciário e a transição para a era digital. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29065, 30 out. 2008. Tendências/Debates, p. A3. [832968] SEN
22. CENEVIVA, Walter. As repercussões da aplicabilidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 1988. Caderno Cotidiano. Coluna Letras Jurídicas, p. A7. [284741]
23. _____. Justiça que fala ao povo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29375, 5 set. 2009. Cotidiano, p. C2. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [859222] SEN **STF**

24. CHRISTOFOLETTI, Lilian. STF inicia a informatização de processos: projeto, que funciona como piloto em quatro dos 96 tribunais do país, é visto com ressalva pela OAB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2007. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [789676] SEN **STF**
25. CONSTITUINTES chegam ao Supremo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 out. 1989. Disponível também na Pasta do Min Néri da Silveirao. [821705] **STF**
26. CNJ assina termos para processo eletrônico. **Consultor Jurídico**, Brasil, 29 mar. 2010, Notícias. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mar-29/cnj-assina-cooperacao-impantacao-processo-eletronico-tribunais>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [878241] **STF**
27. CNJ chega a 7 mil processos eletrônicos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2008. Direito & Justiça, p. B9. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [844189] **STF**
28. CNJ defende investimentos em tecnologia nos tribunais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 27804, p. A6, 21 set. 2009. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [859900] **STF**
29. CNJ definirá metas até 5 anos para informatização. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 23 set. 2008. Direito & Justiça, p. B8. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [828773] **STF**
30. CNJ irá definir regras para a divulgação de informações processuais na internet. **Última Instância**, 24 maio 2010. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [882686] **STF**
31. COMISSÃO apresenta hoje as inovações para o CPC. **Jornal do Senado**, 11 maio 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [881319] **STF**
32. CUNHA, J. S. Fagundes. A racionalização do processo. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16164, 20 ago. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [792915] SEN STJ
33. CURI, Antônio Leopoldo. Falácia do PIB e nota fiscal eletrônica. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16031, 9 abr. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 3. [784495] SEN STJ
34. CURI, Antônio Leopoldo. Verdades e mitos da nota fiscal eletrônica. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16002, 12 mar. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [783256] SEN STJ
35. DANTAS, Josemar. A eficiência do CNJ. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16814, 1 jun. 2009. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [848402] SEN STJ
36. DANTAS, Josemar. Vácuo cibernético. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16283, 17 dez. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [806969] SEN STJ

37. DONEDA, Danilo. A placa eletrônica e a privacidade na sociedade de vigilância. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16150, 6 ago. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 1. [791454] SEN STJ
38. D'URSO, Luiz Flávio Borges; COSTA, Marcos da. Problemas no caminho do processo digital. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16059, p. 15, 7 maio 2007. [790779] SEN STJ
39. É POSITIVO o projeto de lei que autoriza o uso da videoconferência em interrogatórios? **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29088, 22 nov. 2008. Tendências/Debates, p. A3. [834310] SEN
40. E-CNJ já cadastrou 14 mil processos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 8 out. 2009. Direito e Justiça, p. B6. [862039] STF-Pasta CNJ
41. ELLEN Gracie apresenta novos projetos para o site do STF. **Apamagis**, São Paulo, 12 maio 2006. Disponível também na Pasta da Min Ellen Gracie. [759876] STF
42. ELLEN Gracie defende uso da tecnologia para agilizar Judiciário. **Supremo Tribunal Federal**, 20 fev. 2008. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=83120&caixaBusca=N>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta da Min Ellen Gracie [807891] STF
43. EM silêncio, uma revolução subjuga o cemitério de papéis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2009. Nacional, p. A4. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [866467] SEN STF
44. FARIAS, Paulo José Leite. A informática e o advogado. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 11766, 17 jul. 1995. Caderno Direito e Justiça, p. 5. [319815] SEN STJ
45. FELIPPE, Kenarik Boujikian. A justiça e a videoconferência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 28657, 18 set. 2007. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [802055] SEN STF
46. FREITAS, Silvana de. Bancos financiam Justiça para levar contas judiciais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 2005. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [729594] SEN STF
47. _____. Informatização de processos divide juízes: defensores dizem que haverá economia, segurança e rapidez, mas críticos temem mudanças bruscas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A11, 27 nov. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [776286] SEN STF
48. FREITAS, Silvana de. Souza Cruz injeta R\$ 1,5 mi no Judiciário: indústria de cigarros será a primeira a liberar dinheiro para fundo com o objetivo de informatizar estrutura judicial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, 13 nov. 2004, p. A9. Trata do Fundo Justiça sem papel. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [764913] SEN STF

49. GALLUCCI, Mariângela. Jobim: costumes são mudados com rigor e pontapés. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2010. Nacional, p. A4. Disponível também na Pasta do Min Nelson Jobim. [703766] SEN **STF**
50. GALVÃO, Ilmar Nascimento. Meta do presidente do TSE: manter a justiça eleitoral livre de críticas. **AMAERJ**, out. 1997. Disponível também na Pasta do Min Ilmar Galvão. [824477] **STF**
51. GARCIA, Dínio de Santis. Videotexto e instrumento valioso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1991. Caderno Esportes, p. 35. [293486] SEN
52. GARCIA, Sérgio Renato Tejada. A verdadeira reforma do. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jul. 2007. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [794326] SEN STJ **STF**
53. GARRAFIEL, Simone. Justiça brasileira em definitivo na era digital: processos não precisarão mais ser reproduzidos em papel. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 out. 2005. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [745771] **STF**
54. GOMES, Rodrigo Carneiro. Inovações da lei nº 11.900/2009 e o interrogatório do réu. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16821, 8 jun. 2009. Caderno Direito e Justiça, p. 3. [849421] SEN STJ
55. _____. Reforma do Judiciário e repercussão no inquérito policial. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16912, 7 set. 2009. Caderno Direito e Justiça, p. 1. [857309] SEN STJ
56. _____. Videoconferência. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16241, 5 nov. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 1. [805491] SEN STJ
57. GOUVÊA, Sandra Medeiros Proença de. O papel do Estado e o direito de informática. **Valor Econômico**, São Paulo, v. 4, n. 860, 7 out. 2003, p. E2. [688579] SEN
58. _____. A evolução do direito e os meios eletrônicos. **Valor Econômico**, São Paulo, v. 4, n. 838, 5 set. 2003, p. E2. [668627] SEN
59. GUEIROS JUNIOR, Nehemias. O futuro do direito na era da informática. **Valor Econômico**, São Paulo, v. 10, n. 2389, p. E2, 20 nov. 2009. [871167] SEN
60. GUZZO, Fernanda. Privilégios ainda maiores. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jan. 2007. Política, p. 6. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [791647] SEN STJ **STF**
61. HAIDAR, Daniel. Os limites da digitalização do Judiciário. **Brasil Econômico**, 11 nov. 2009. Legislação. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [865706] **STF**
62. INFOJUD atendeu a mais de 300 mil demandas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 mar. 2009. Direito & Justiça, p. B7. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [844198] **STF**

63. INFORMÁTICA agiliza máquina da Justiça. **O Dia**, São Paulo, 8 dez. 1989. Disponível também na Pasta do Min Néri da Silveira. [821715] **STF**
64. INFORMÁTICA passa por todas as áreas do Direito: advogado garante que o mercado é promissor. **Jornal do Com mercio**, Rio de Janeiro, 11 maio 2006. [759905] **STF**-Pasta Poder Judiciário
65. INFORMATIZAÇÃO acelera o Judiciário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 18 out. 2007. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [803113] **STF**
66. INFORMATIZAÇÃO de processos vai revolucionar administração do Judiciário, afirma Ellen Gracie. **Direito Vivo**, 22 jun. 2007. Últimas Notícias Jurídicas. Disponível também na Pasta da Min Ellen Gracie [811817] **STF**
67. ITO, Marina. CNJ pretende criar níveis de acesso a dados. **Consultor Jurídico**, 15 maio 2010, Notícias. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mai-15/cnj-pretende-criar-niveis-acesso-dados-processuais-internet>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [882243] **STF**
68. JOBIM, Nelson. O Judiciário a favor da sociedade. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 5 jul. 2004. Direito e Justiça, p. B13. Disponível também na Pasta do Min Nelson Jobim [699782] **STF**
69. JUDICIÁRIO adota arquivos digitais para economizar tempo e dinheiro. **Última Instância**, 3 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2312087/judiciario-adota-arquivos-digitais-para-economizar-tempo-e-dinheiro>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [886770] **STF**
70. JUDICIÁRIO festeja dez anos de infomatização. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [766123] **STF**
71. JUSTIÇA ágil. **Jornal do Co mmercio**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [778416] **STF**
72. JUSTIÇA Federal inaugura processo eletrônico de execução fiscal. **Diário de Notícias**, São Paulo, 30 out. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [772176] **STF**
73. JUSTIÇA na Era Digital. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 7 set. 2009. Opinião. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [859225] **STF**
74. JUSTIÇA terá banco de dados com automação. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 23 fev. 1991. Disponível também na Pasta do Min Néri da Silveira. [821726] **STF**
75. JUSTIÇA vai melhorar diz ministro do STF. **Jornal de Sant a Ca tarina**, Blumenau, 18 out. 1989. Disponível também na Pasta do Min Néri da Silveira. [821714] **STF**

76. LIMA, José Carlos Vaz de. Videoconferência e federalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29091, p. A3, 25 nov. 2008. [834333] SEN
77. LIMA, Layrce de. Juiz trabalhista resiste ao uso de computadores. **Valor Econômico**, São Paulo, p. E-1, 1 mar. 2001. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [742239] SEN **STF**
78. LIMONGI, Celso Luiz. O Judiciário e o interesse público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29168, p. A3, 10 fev. 2009. [840906] SEN
79. MACHADO, Rubens Approbato. Ética e serviços jurídicos on-line. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 jul. 2000, p. A2. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [744000] SEN **STF**
80. MADEIRA, Cristiane. Tribunal de Justiça entra na Era Digital: em 42 meses, nada de papel na Corte da Capital Federal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Brasília, 18 abr. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [756970] SEN **STF**
81. MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. Telemática garante avanço do direito. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1991. Caderno Esportes, p. 35. [293487] SEN
82. MAIS de 60% dos tribunais brasileiros já têm numeração única nos processos. **Última Instância/BR**, 13 abr. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [879713] **STF**
83. MAIS tribunais na Era Digital. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 4 set. 2009. Direito e Justiça, p. B8. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [859218] **STF**
84. MARÇAL, Sérgio Pinheiro. A virtualização do Judiciário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2007. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [794317] **STF**
85. MENDES NETO, Laudelino da Costa. Alô, é do STF? feriram a Constituição. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 25977, p. 7, 20 set. 2004. [839990] SEN
86. MENOS processos, recursos e burocracia. **Jornal do Senado /BR**, 8 jun. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [882996] **STF**
87. MINISTRA afirma que não há tempo a perder. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 set. 2006. Disponível também na Pasta da Min. Ellen Gracie. [771604] **STF**
88. MODELO híbrido de controle de constitucionalidade garante mais celeridade à justiça brasileira. **Supremo Tribunal Federal**, 10 nov. 2009. Imprensa. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=115824&caixaBusca=N>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [866269] **STF**
89. MORAES, Alexandre de. Respeito, solidariedade e confiança. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 27026, 1 abr. 2003, p. A3. [654507] SEN

90. NALINI, José Renato. O Judiciário Esmoler. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [883556] SEN **STF**
91. NANCI, Luciana. 'Justiça sem papel' aumenta velocidade em distribuição. **Consultor Jurídico**, 21 fev. 2005. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2005-fev-21/justica_papel_aumenta_velocidade_distribuicao>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [724057] **STF**
92. NELSON Jobim elogia gestão financeira do Tribunal de Justiça do Rio. **Informativo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro**, n. 14, p. 13-15, 2004. Disponível também na Pasta do Min Nelson Jobim. [699785] **STF**
93. NO CNJ, cerca de 30% das ações cobram mais rapidez no julgamento. **Última Instância**, 25 maio 2010. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [882706] **STF**
94. NOVAS parcerias ampliam PJe. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2010, Direito e Justiça, p.B7. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [879191] **STF**
95. NUMERAÇÃO única a partir de janeiro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2009. Direito e Justiça, p. B7. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [871351] **STF**
96. OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. Processo virtual e morosidade real: o ver e o ler. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16381, 24 mar. 2008. Caderno Direito e Justiça, p. 1. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [809286] SEN STJ **STF**
97. PEIXOTO, Paulo. Judiciário quer julgar mais de 40 milhões de ações de 2009. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29175, 17 fev. 2009. Brasil, p. A4. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [840759] SEN **STF**
98. PETIÇÕES iniciais, só via internet. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 ago. 2010, Direito e Justiça. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [886765] **STF**
99. PINTO, Murilo. Projetos estratégicos do STJ antecipam diagnóstico da Justiça. **STJ Últimas Notícias**, 12 maio 2005. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=78289>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [731988] **STF**
100. PLENÁRIO do STF julgará Adin contra lei do processo eletrônico. **Mundo Legal**, 9 abr. 2007. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [786781] **STF**
101. PRESIDENTE do STF destaca uso da tecnologia aliado ao potencial humano. **Diário de Notícias**, São Paulo, 30 out. 2006. Disponível também na Pasta da Min Ellen Gracie. [772173] **STF**

102. PRESIDENTE do STF inaugura fórum na tríplice fronteira. **Supremo Tribunal Federal**, 30 jun. 2008. Notícias. Notícias do STF. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [820082] **ST**
103. PRIORIDADE do CNJ em 2007 é o processo virtual: Secretário-Geral do Conselho diz que já há previsão orçamentária. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 12 dez. 2006. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [780381] **STF**
104. QUEIROGA, Andrezza. Processo digital chega a poucos tribunais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 fev. 2009. Caderno A, p. 11. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [839196] SEN **STF**
105. QUIRINO, José Goulart. Insegurança constitucional do cartório. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, n. 22174, 24 set. 2001, p.2. [625623] SEN
106. RECONDO, Felipe. Justiça informatizada só daqui a 10 anos, admite CNJ. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 41971, 15 set. 2008. Nacional, p. A4. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [827458] SEN **STF**
107. REIS, Maria Helena Junqueira. Os crimes da era da informática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 1993. Caderno Cotidiano. Coluna Opinião, p 4-2. [312927] SEN
108. REIS, Novély da Silva. A informatização do processo judicial. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15981, 19 fev. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 3. [783169] SEN STJ
109. ROSA, Arthur. Surge o mercado de consultoria jurídica virtual: com preços menores que nos escritórios tradicionais, as consultas pela internet são condenadas pela Ordem dos Advogados do Brasil. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 jul. 2000. Disponível também na Pasta do Supremo tribunal Federal. [751378] SEN **STF**
110. SABINO, Marco Antonio da Costa. A nova sistemática da execução civil. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15988, 26 fev. 2007. Caderno Direito e Justiça, p. 3. [782940] SEN STJ
111. SAIBA como encaminhar petições eletrônicas ao CNJ. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&%20view=article&id=11764:%20saiba-como-encaminhar-peticoes-eletronicas-ao-cnj&catid=1:notas&Itemid=>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [887993] **STF**
112. SANTOS, Humberto Cunha dos. Crimes de informática. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14764, 20 out. 2003. Caderno Direito e Justiça, p. 3. [672630] SEN STJ
113. SARAIVA, Wellington Cabral. A informática e as profissões jurídicas. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 11416, 1 ago. 1994. Caderno Direito e Justiça, p. 3. [316683] SEN STJ

114. SECRETÁRIO do CNJ promete processo virtual em 60 dias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2006. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [765017] **STF**
115. SEIS tipos de processo passam a ter tramitação eletrônica obrigatória no STF. **Última Instância**, 12 dez. 2009. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/SEIS+TIPOS+DE+PROCESSO+P+ASSAM+A+TER+TRAMITACAO+ELETRONICA+OBRIGATORIA+NO+STF_67053.shtml>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [871356] **STF**
116. SILVA, Idúlio Teixeira da. Em busca da celeridade da justiça. **Jornal de Brasília**, Brasília, n. 11451, p. 14, 3 jul. 2007. [861313] SEN
117. SILVEIRA NETO, Antonio. Processo eletrônico deveria ser prioridade do Judiciário. **Consultor Jurídico**, 18 jan. 201. Artigos. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-jan-18/processo-eletronico-deveria-questao-prioritaria-judiciario>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [871947] **STF**
118. SIMÕES, Felipe Siqueira de Queiroz. Riscos empresariais na era digital. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16395, 7 abr. 2008. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [811730] SEN STJ
119. SOARES, Luiz Otavio. STF faz encontro sobre informática. **O Popular**, Goiânia, 9 dez. 1989. Direito e Justiça. Disponível também na Pasta do Min. Néri da Silveira [821717] **STF**
120. SOBRAL FILHO, Irapuan. Tecnologia jurisdicional. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14365, 16 set. 2002. Caderno Direito e Justiça, p. 2. [661084] SEN STJ
121. SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. Ponto final direito informático. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 12222, 21 out. 1996. Caderno Direito e Justiça. [321205] SEN STJ
122. _____. Ponto final: informática jurídica. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 11898, 27 nov. 1995. Caderno Direito e Justiça, p. 8. [320123] SEN STJ
123. SOUZA, Giselle. Justiça virtual prestes a sair do papel: sanção proposta que regulamenta o processo eletrônico pelo presidente Lula é esperada para essa semana. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 dez. 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [778437] **STF**
124. _____. Magistrados e advogados mergulham na Internet: cresce o número de profissionais de Direito que se expõem na rede. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 8 maio 2006. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [759908] **STF**
125. _____. Mudanças na política criminal. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2009. Direito e Justiça, p. B-6. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [871347] **STF**

126. SOUZA, Giselle. Padronização da numeração das ações. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 12 ago. 2008. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [823750] **STF**
127. STF avança com medidas que possibilitam o andamento eletrônico dos processos. **Supremo Tribunal Federal**, 6 nov. 2009. Imprensa. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=115704&caixaBusca=N>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [865892] **STF**
128. STF disponibiliza julgamento de repercussão geral na Internet. **Supremo Tribunal Federal**, 27 nov. 2008. Imprensa. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=99846&caixaBusca=N>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [839259] **STF**
129. STF é premiado em Mostra Nacional de Qualidade. **Consultor Jurídico**, Brasil, 12 nov. 2009. Notícias. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-nov-12/projeto-stf-premiado-mostra-nacional-qualidade-judiciario>>. Acesso em: 27 out. 2010. O projeto "Plenário Virtual de Repercussão Geral" foi o segundo colocado na 9ª Mostra Nacional da Qualidade do Judiciário. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [865875] **STF**
130. STF faz convênio para adotar certificação digital. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2006. Direito & Justiça. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [765397] **STF**
131. STF se informatiza para modernizar a Justiça. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 fev. 1991. [821725] **STF**-Pasta Min Néri da Silveira
132. STF tem a primeira decisão por certificação digital: ministra Ellen Gracie suspende liminar sobre equiparação de salários. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2007. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [786786] **STF**
133. STF vai implantar processo eletrônico para agilizar tramitação de processos. **Diário de Notícias**, São Paulo, 22 ago. 2006. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [773029] **STF**
134. SÚMULA deve reduzir ações na Justiça Federal. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 dez. 2006. [778456] SEN **STF**-Pasta Poder Judiciário
135. SUPREMO digitaliza autos do Inquérito do mensalão. **Consultor Jurídico**, 12 maio 2006. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2006-mai-12/supremo-digitaliza-autos-inquerito-mensalao>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [759921] **STF**

136. SUPREMO digitaliza processos e cria novo serviço. **Consultor Jurídico**, 30 jul. 2010, Notícias. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-jul-30/advogados-terao-acesso-rapido-processos-relatados-peluso>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [887096] **STF**
137. SUPREMO estréia página no Twitter. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 2 dez. 2009. Direito e Justiça. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [867489] **STF**
138. SUPREMO expede primeiro alvará por meio eletrônico. **Supremo Tribunal Federal**, 26 jun. 2009. Imprensa. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110136&caixaBusca=N>>. Acesso em: 27 out. 2010. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [854522] **STF**
139. SZKLAROWSKY, Leon Frejda. A informática e o mundo moderno. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 13343, 29 nov. 1999. Caderno Direito e Justiça, p. 4. [562655] SEN CLD STJ TST
140. TARDIN, José Geraldo. Compras pela internet. **Correio Braziliense**, Brasília. Caderno Direito e Justiça, n. 15807, 28 ago. 2006, p. 2. [766265] SEN STJ
141. TEIXEIRA, Fernando. CNJ conclui plano para unificação processual. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 set. 2006. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [771606] SEN **STF**
142. TEIXEIRA, Fernando. Conselho discute processo virtual. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 jun. 2006. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [765019] SEN **STF**
143. _____. Judiciário mantém queda no número de ações. **Valor Econômico**, São Paulo, n. 2079, 26 ago. 2008. Legislação & Tributos, p. E2. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [825920] SEN **STF**
144. _____. Judiciário terá classificação única de processos. **Valor Econômico**, São Paulo, n. 2075, 20 ago. 2008. Disponível também na Pasta do Conselho Nacional de Justiça. [824536] SEN **STF**
145. _____. Supremo terá recurso eletrônico. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 maio 2006. Disponível também na Pasta do Supremo Tribunal Federal. [759912] SEN **STF**
146. TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Prisão virtual. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16877, 3 ago. 2009. Caderno Direito e Justiça, p. 1. [855570] SEN
147. TRFS 100% integrados à Era Virtual. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 set. 2009. Direito e Justiça, p. B7. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [859231] **STF**

148. TST inicia certificação digital. **Direito Vivo/SP**, 16 ago. 2006. Cópia disponível na Pasta do Poder Judiciário. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [772223] **STF**
149. TUMA, Romeu. A modernidade contra o crime. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 29143, p. A3, 16 jan. 2009. [838903] SEN
150. VIRTUALIZAÇÃO total até março. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 fev. 2010. Direito e Justiça, p. B7. Disponível também na Pasta do Poder Judiciário. [871949] **STF**

4. Textos Completos

4.1 Internet

1. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O princípio da publicidade no processo frente à Emenda Constitucional 45/2004 e o Processo Eletrônico.** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/18232/public/18232-18233-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010.
2. CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/handle/2011/22800>>. Acesso em: 27 out. 2010.
3. CRUVINEL, Marcelo Pereira. **A inovação do processo judicial informatizado no STJ.** Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/handle/2011/23100>>. Acesso em: 27 out. 2010.
4. DIAS, Tâmara de Azevedo Severo Alves. **O papel do juiz na gestão judiciária contemporânea.** Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/handle/2011/27098>>. Acesso em: 27 out. 2010.
5. FORTES, Rafael Costa. **Informatização do Judiciário e o processo eletrônico.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/14101/informatizacao-do-judiciario-e-o-processo-eletronico>>. Acesso em: 27 out. 2010.
6. GAZDA, Emmerson. **Reflexões sobre o processo eletrônico** Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao033/emmerson_gazda.html>. Acesso em: 27 out. 2010.
7. JUNQUEIRA, André Luiz. **Virtualização do processo judicial.** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/5929/5498>>. Acesso em: 27 out. 2010.
8. LEAL, Augusto Cesar de Carvalho. **O projeto de lei 5.828/01 e a regulamentação das comunicações processuais eletrônicas no bojo do processo judicial telemático.** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/29589/public/29589-29605-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010.
9. MAIA FILHO, Napoleão Nunes. **A constrição patrimonial eletrônica e os direitos do executado na execução fiscal.** Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/handle/2011/18034>>. Acesso em: 27 out. 2010.

10. MOURA, Evânio; LOIOLA, Vinícius. **A modernização dos atos processuais e a evolução do direito.** Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/22684>>. Acesso em: 27 out. 2010.
11. NAVES, Nilson Vital. **Juizados Especiais Federais: Processo Eletrônico e Juizado Itinerante**. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/handle/2011/1195>>. Acesso em: 27 out. 2010.
12. PARREIRA, Antonio Carlos. **Breves anotações sobre a lei do processo eletrônico.** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/6074/public/6074-6066-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010.
13. PEREIRA, Sebastião Tavares. **O processo eletrônico e o princípio da dupla instrumentalidade.** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/6117/public/6117-6109-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010.
14. PROCESSO ELETRONICO. Página que tem como objetivo ampliar o foco de discussão acerca da informatização judicial no Brasil através de grupo de estudos na Universidade Católica de Petrópolis e consolidado no CNPq. Desenvolvem pesquisas acerca do tema. Apresenta os seguintes itens: O que é a informatização judicial; Debates e Propostas; Certificação Digital e Revista Eletrônica de Processo. Disponível em: <<http://www.processoeletronico.com.br/page1.aspx>>. Acesso em: 27 out. 2010.

5. Legislação

1. BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jan. 1973. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
2. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução nº 136 de 31 de outubro de 1995. Dispõe sobre o fornecimento de acórdãos em meios magnéticos. **Diário da Justiça**. Brasília, DF, 6 nov. 1995. Seção 1, p.37453. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=407>>. Acesso em: 27 out. 2010.
3. BRASIL. Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999. Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 maio 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9800.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
4. BRASIL. Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da justiça federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
5. BRASIL. Lei nº 10.358, de 27 de dezembro de 2001. Altera dispositivos da lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 dez. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10358.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
6. BRASIL. Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006. Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 fev. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11280.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
7. BRASIL. Lei nº 11.341, de 07 de agosto de 2006. Altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 08 ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11341.htm>. Acesso em: 27 out. 2010. (Recurso Meio Eletrônico)

8. BRASIL. Lei 11.382, de 06 de dezembro de 2006. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 07 dez. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11382.htm>. Acesso em: 27 out. 2010. (Penhora on line).
9. BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
10. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução nº 341 de 16 de abril de 2007. Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências. **Diário da Justiça**. Brasília, DF, 18 abr. 2007. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=1123>>. Acesso em: 27 out. 2010.
11. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 41 de 11 de setembro de 2007. Dispõe sobre a utilização do domínio primário ".jus.br" pelos órgãos do Poder Judiciário. **Diário da Justiça**. Brasília, DF, 14 set. 2007. Seção. 1, p.211. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3294:resolu-no-41-de-11-de-setembro-de-2007&catid=57:resolucoes&Itemid=512>. Acesso em: 27 out. 2010.
12. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 45 de 17 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário. **Diário da Justiça**. Brasília, DF, 21 dez. 2007. Seção. 1, p.18-19. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3720:resolu-no-45-de-17-de-dezembro-de-2007&catid=57:resolucoes&Itemid=512>. Acesso em: 27 out. 2010.
13. BRASIL. Lei nº 11.900, de 08 de janeiro de 2009. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 jan. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11900.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.
14. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 90 de 29 de setembro de 2009. Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, DF, n. 172, 9 out. 2009, p. 2-5. Publicada também no DOU, Seção 1, em 9/10/09, p. 241-242. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8974:resolucao-no-90-de-29-de-setembro-de-2009&catid=57:resolucoes&Itemid=512>. Acesso em: 27 out. 2010.

15. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 100 de 24 de novembro de 2009. Dispõe sobre a comunicação oficial, por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, DF, n. 205, 1 dez. 2009, p. 3-9. Publicada também no DOU, Seção 1, em 1/12/09, p. 166-167. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9502:resolucao-no-100-de-24-de-novembro-de-2009&catid=57:resolucoes&Itemid=512>. Acesso em: 27 out. 2010.
16. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Emenda Regimental nº 38 de 11 de fevereiro de 2010. Altera a redação do caput do art.66 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, DF, 18 fev. 2010. n. 29, p.1. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/EMENDAREGIMENTAL038-2010.PDF>>. Acesso em: 27 out. 2010.
17. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução nº 427 de 20 de abril de 2010. Regulamenta o processo eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, DF, 26 abr. 2010. n. 72, p.1. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO427-2010.PDF>>. Acesso em: 28 out. 2010.
18. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução nº 442 de 05 de outubro de 2010. Revoga os artigos 21, 22 e 33 da Resolução nº 427, de 20 de abril de 2010. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, DF, 08 out. 2010. n. 190, p.1. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO442-2010.PDF>>. Acesso em: 27 out. 2010.

6. Jurisprudência

6.1. Acórdãos

AI 564765 / RJ - RIO DE JANEIRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 14/02/2006 Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação

DJ 17-03-2006 PP-00015

EMENT VOL-02225-07 PP-01362

Ementa

EMENTA: Ato processual: recurso: chance a eletrônica: exigência de regulamentação do seu uso para resguardo da segurança jurídica.

1. Assente o entendimento do Supremo Tribunal de que apenas a petição em que o advogado tenha firmado originalmente sua assinatura tem validade reconhecida. Precedentes.

2. No caso dos autos, não se trata de certificado digital ou versão impressa de documento digital protegido por certificado digital; trata-se de mera chancela eletrônica sem qualquer regulamentação e cuja originalidade não é possível afirmar sem o auxílio de perícia técnica.

3. A necessidade de regulamentação para a utilização da assinatura digitalizada não é mero formalismo processual, mas, exigência razoável que visa impedir a prática de atos cuja responsabilização não seria possível.

RE 504873 AgR / RJ - RIO DE JANEIRO

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. CEZAR PELUSO

Julgamento: 12/02/2008 Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação

DJe-041 DIVULG 06-03-2008 PUBLIC 07-03-2008

EMENT VOL-02310-05 PP-01048

Ementa

EMENTA: RECURSO. Agravo. Regimental. Inadmissibilidade. Decisão monocrática assinada por chancela eletrônica. Validade. Agravo regimental improvido . É válida a decisão monocrática subscrita por chancela eletrônica, nos termos da Resolução STF nº 293.

AI 793912 AgR / PB - PARAÍBA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA

Julgamento: 17/08/2010

Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação

DJe-164 DIVULG 02-09-2010 PUBLIC 03-09-2010

EMENT VOL-02413-07 PP-01587

Ementa

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. **PROCESSO COM TRAMITAÇÃO ELETÔNICA NA ORIGEM. DEFICIÊNCIA NO TRASLADO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPRESSÃO DAS PEÇAS PARA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO: DEVER DE VIGILÂNCIA DO AGRAVANTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.**

Rcl 6770 AgR / AL - ALAGOAS

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO

Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA

Julgamento: 24/06/2010

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010

EMENT VOL-02410-01 PP-00209

Ementa

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. **PROCESSO ELETRÔNICO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PROCESSAMENTO.** USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. O agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário não se submete a qualquer juízo de admissibilidade por parte da instância a quo. Precedentes.

2. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

AP 470 QO5 / MG - MINAS GERAIS

QUINTA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL

Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA

Revisor(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 08/04/2010

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-164 DIVULG 02-09-2010 PUBLIC 03-09-2010

EMENT VOL-02413-01 PP-00062

Ementa

EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM. INTERROGATÓRIO. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DAS DEFESAS INTERESSADAS. AUSENTE A NULIDADE ARGUÍDA. PEDIDO DE ADIAMENTO DE UMA DAS AUDIÊNCIAS PREJUDICADO, CONFORME JULGAMENTO DO PLENÁRIO. **VÍCIO NA DIGITALIZAÇÃO.** AUSÊNCIA. FRANCO ACESSO DA DEFESA AOS AUTOS FÍSICOS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PEDIDO DE ACAREAÇÃO. MOMENTO INADEQUADO. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. PLEITO INDEFERIDO. OMISSÃO DA INICIAL ACUSATÓRIA. PEDIDO DE REMESSA DE CÓPIAS AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, PARA DENUNCIAR O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PEDIDO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL E IMPROCEDENTE. INÍCIO DA INSTRUÇÃO SEM JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO. DEMORA NA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. AUSENTE ILEGALIDADE. ALEGADA DISSINTONIA ENTRE OS ATOS PRATICADOS E SUA PUBLICAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA ENVIO DE PERGUNTAS A TESTEMUNHA. INOBSERVÂNCIA. PERDA DA FACULDADE PROCESSUAL. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO PRAZO. INDEFERIMENTO. TESTEMUNHAS NÃO LOCALIZADAS. ENDEREÇOS NÃO FORNECIDOS PELA DEFESA. INDEFERIMENTO DE NOVAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO. PREVISÃO LEGAL. CUSTAS DA EXPEDIÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA. NECESSIDADE DE ANTECIPAÇÃO DOS VALORES PELO REQUERENTE. ARTIGO 222-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CALENDÁRIO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS ESTABELECIDO PELO RELATOR. IRRAZOABILIDADE. AUSÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. QUESTÃO DE ORDEM RESOLVIDA PARA INDEFERIR TODOS OS PEDIDOS FORMULADOS. INTIMAÇÃO DA DEFESA DO RÉU ROBERTO JEFFERSON PARA ESCLARECER SUA CONDUTA NOS AUTOS.

1. Todas as defesas tiveram a possibilidade de participar dos interrogatórios realizados nesta ação penal, tendo em vista a fixação de prazos razoáveis entre as audiências designadas em diferentes unidades da federação. Ausência de qualquer motivo concreto que impossibilitasse a participação das defesas.

2. O pedido de adiamento de um interrogatório ficou prejudicado em razão de decisão do próprio juízo delegatário postergando sua realização. Existência de decisão irrecorrível do plenário do Supremo Tribunal Federal na matéria.

3. A digitalização do feito pela secretaria tem por intuito facilitar o acesso aos autos pelas partes, não havendo possibilidade de se digitalizar, instantaneamente ou de modo imediato, todas as peças juntadas diariamente aos autos. Ausentes prejuízos às defesas, que têm sempre a possibilidade de acesso ao processo físico.

4. O momento oportuno para acareação se dá depois da colheita de toda a prova oral. No caso concreto, constata-se ausente qualquer contradição entre os depoimentos

apontados pela defesa do réu ROBERTO JEFFERSON, razão pela qual se indefere o pedido.

5. O pedido de remessa de cópias ao Procurador-Geral da República, para oferecimento de denúncia contra o Presidente da República nestes autos, é manifestamente improcedente, visto que o autor da inicial já é a autoridade com atribuição para o oferecimento da acusação. Ademais, o pedido de que este Tribunal determine que o Procurador-Geral da República denuncie o Presidente é juridicamente impossível.

6. Não é necessário o julgamento dos embargos de declaração para dar início à instrução do processo ou à oitiva das testemunhas arroladas pelas partes, dada a ausência de efeito suspensivo do recurso em questão.

7. A alegada demora na publicação do acórdão proferido nos embargos de declaração não causou prejuízo à defesa, sendo relevante assinalar que o referido acórdão já foi publicado.

8. Não há qualquer dissintonia entre os atos praticados nesta ação penal e suas respectivas publicações para efeito de intimação. Eventual demora é a natural do procedimento de publicação, não havendo, contudo, qualquer ato ou procedimento sigiloso.

9. A inobservância do prazo para envio de perguntas a testemunha arrolada pela própria defesa gera a perda do direito. O argumento do réu ROBERTO JEFFERSON, no sentido de que a testemunha deveria ser incluída como ré na ação penal, já havia sido rejeitado pelo plenário, no julgamento dos embargos de declaração contra o recebimento da denúncia. Ademais, ainda que o pedido fosse, agora, deferido, o momento adequado para o exercício da faculdade processual teria de ser observado pela defesa, com o envio de suas perguntas à testemunha que ela mesma arrolara nesta qualidade.

10. Indeferimento do pedido de devolução do prazo para envio de perguntas ao Presidente da República, na qualidade de testemunha, pois o réu deixou de exercer a faculdade processual por sua própria vontade. O deferimento causaria tumulto processual e prejudicaria o andamento regular do feito.

11. O indeferimento das testemunhas cujos endereços não foram fornecidos, na oportunidade da defesa prévia, nem atualizados posteriormente pela defesa, tem previsão legal e não se deu sem antes dar ao réu a faculdade de informar os endereços faltantes. O ônus da atualização dos endereços é da defesa, e não do Poder Judiciário.

12. A antecipação de valores para custear a expedição de carta rogatória para oitiva de testemunha de defesa no exterior tem previsão legal no art. 222-A do Código de Processo Penal, considerado plenamente constitucional e aplicável pelo plenário, em julgamento realizado no curso desta ação penal.

13. A defesa não apresentou qualquer fundamento para a alegação de que seriam irrazoáveis os prazos para cumprimento das cartas de ordem pelos juízos delegatários. Pedido de estabelecimento de outros prazos indeferido.

14. Questão de ordem resolvida no sentido de indeferir todos os pedidos formulados pelo réu ROBERTO JEFFERSON e julgar prejudicados os agravos regimentais a eles correspondentes.

15. Intimação da defesa para esclarecer sua possível atuação com intuito deliberado de prejudicar o regular andamento do feito.

6.2. Decisões Monocráticas

AI 593248 / SP - SÃO PAULO
AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE
Julgamento: 31/05/2006
Publicação
DJ 14/06/2006 PP-00036

Decisão

DECISÃO: Agravo de instrumento proveniente do Juizado Especial Cível de São Paulo que dispõe de estrutura processual totalmente informatizada.

Consta nos autos certidão que, em razão da informatização do Juizado, afirma "Certifico e dou fé que as folhas constantes nestes autos conferem (são idênticas) com a folhas digitalizadas constantes nos autos virtuais" (f. 36).

A informatização dos Juizados Especiais permite-lhes observar melhor os princípios processuais da celeridade e economia na prestação jurisdicional. No entanto, os benefícios alcançados pela utilização da informática no Poder Judiciário não pode desconsiderar o atendimento a determinadas exigências processuais que, longe de configurarem formalismo excessivo, constituem verdadeiras garantias às partes de serem tratadas com isonomia e imparcialidade.

Desse modo - e apenas porque consta nos autos certidão que atesta a correspondência das peças com o documento eletrônico existente no Juizado - é que se admite, por exemplo, peças sem assinatura do advogado ou com assinatura impressa ou xerocopiada, mas, diversamente, já não é possível admitir a ausência de elementos que permitam a verificação da tempestividade dos recursos da competência do Supremo Tribunal Federal, como ocorre no caso.

De fato, não consta nos autos qualquer elemento que demonstre a data de interposição do recurso extraordinário, tornando-se inviável o exame da sua tempestividade.

A jurisprudência do Supremo Tribunal é pacífica quanto à responsabilidade do agravante pela formação e completeza do instrumento.

Não conheço do agravo de instrumento (Súmula 288).

Brasília, 31 de maio de
2006.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE - Relator

STA 65 / DF - DISTRITO FEDERAL
SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA
Relator(a): Min. PRESIDENTE
Julgamento: 07/06/2006
Decisão Proferida pelo(a)
Min. ELLEN GRACIE

Publicação

DJ 14/06/2006 PP-00011

Decisão

1. **A União**, com fundamento nos arts. 4º da Lei 4.348/64, 1º da Lei 9.494/97, 4º da Lei 8.437/92 e 25 da Lei 8.038/90, **requer a suspensão dos efeitos do acórdão proferido pela Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região** nos autos do Agravo de Instrumento nº 2005.01.00.022119-3/DF (fls. 53-141), interposto de decisão indeferitória de pedido de antecipação de tutela em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (Processo nº 2005.34.00.007286-0 da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, fls. 192-194), **acórdão esse que determinou o sobrestamento da execução do Projeto "Justiça Sem Papel", objeto do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, pela Fundação Getúlio Vargas e pela empresa Souza Cruz S/A, ao entendimento de que o referido termo de cooperação ofenderia os princípios da legalidade, da moralidade, da independência e do autogoverno do Poder Judiciário.**

Diz a requerente que o objetivo do projeto em questão é o de buscar e divulgar soluções tecnológicas e de gestão efetivas que permitam o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, para aumentar a eficiência, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, certo que, conforme o referido termo de cooperação técnica e financeira, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça oferecerá o apoio institucional, a Fundação Getúlio Vargas realizará os estudos pertinentes e a empresa Souza Cruz S/A contribuirá com os recursos financeiros necessários à implementação do projeto.

Assim, não haverá dispêndio de recursos públicos, e os resultados do programa serão de domínio público.

Sustenta, mais, em síntese:

a) a legalidade do Projeto "Justiça Sem Papel", na medida em que o Tribunal de Contas da União determinou o arquivamento da Reclamação nº 005.710/2005-9, por entender que o art. 24 do Decreto 4.991/2004 previra a interação da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça com organizações da sociedade civil, a fim de promover e coordenar os processos de modernização da administração da justiça brasileira;

b) a legalidade do financiamento do referido projeto, por não ter como objeto o repasse de recursos financeiros a órgãos judiciais, incorrendo em equívoco o Ministério Público Federal ao entender que haverá doações ao Poder Judiciário, dado que, após a conclusão do projeto, os seus resultados poderão ser utilizados gratuitamente pelos órgãos judiciais interessados, e, a partir daí, os custos de sua implementação correrão por conta exclusiva das dotações orçamentárias do Poder Judiciário;

c) a licitude da participação da empresa Souza Cruz S/A, uma vez que qualquer empresa legalmente instalada no Brasil pode participar de projetos de interesse coletivo e não há motivos de ordem jurídica, política ou administrativa que a proíbam

de doar recursos financeiros à Fundação Getúlio Vargas. Além disso, os parceiros privados poderiam desenvolver o Projeto "Justiça Sem Papel" independentemente do apoio meramente institucional da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça;

d) a inexistência de ofensa aos princípios da independência e da imparcialidade do Poder Judiciário, porquanto nenhuma medida será implementada sem a sua regular anuência. Ademais, "há vários exemplos no Brasil de apoio de empresas ao desenvolvimento das atividades judiciárias, todos considerados absolutamente lícitos e regulares e que, de forma alguma, afetaram a independência e a imparcialidade do Poder Judiciário em relação aos doadores" (fl. 13);

e) a ocorrência de grave lesão à ordem pública, na medida em que está sendo obstada uma atividade que compete legalmente à Administração Pública, ou seja, o regular funcionamento de sua atividade de incentivo e fomento;

f) a existência de grave lesão à economia pública, consubstanciada no fato de que o objeto do Projeto "Justiça Sem Papel" é a produção de conhecimento voltado para o uso exclusivo do Estado, como técnicas e softwares relacionados ao desenvolvimento da atividade administrativa judiciária, certo que a propriedade intelectual e industrial são bens valiosíssimos e todo o material produzido será de domínio público, com acesso gratuito, ou seja, todos os tribunais poderão utilizá-lo sem precisar remunerar os investimentos realizados para obtê-lo, em torno de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

2. O então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, por ter a causa de pedir fundamento constitucional, determinou a remessa dos autos a esta Corte (fls. 258-259).

3. A Procuradoria-Geral da República opina pelo indeferimento do pedido (fls. 289-291).

4. Os arts. 4º da Lei 8.437/92, 1º da Lei 9.494/97 e 297 do Regimento Interno desta Corte permitem à Presidência do Supremo Tribunal Federal, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, suspender a execução de decisão concessiva de tutela antecipada proferida em única ou última instância pelos tribunais locais ou federais.

5. Verifico que a matéria discutida nos presentes autos é de índole constitucional, porquanto em debate os princípios da legalidade, da moralidade e da independência do Poder Judiciário. Não cabe, todavia, em suspensão, "a análise com profundidade e extensão da matéria de mérito analisada na origem" (SS 1.918-AgR/DF, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 30.4.2004), domínio reservado ao juízo recursal.

Observo que não se encontra devidamente demonstrada a lesão a um dos quatro valores a serem preservados que autorize a suspensão dos efeitos do acórdão proferido pela Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região nos autos do Agravo de Instrumento nº 2005.01.00.022119-3/DF.

Os fundamentos trazidos pela requerente dizem respeito ao mérito da ação civil pública, sobre o qual esta Corte não admite manifestação em suspensão. É dizer, a legalidade do projeto e a licitude da participação da referida empresa estão sendo discutidas em sede adequada, em ação civil pública.

Não há falar em lesão à ordem pública considerada em termos de ordem administrativa, porquanto o sobrestamento do projeto em questão não causa danos ao funcionamento do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, que continuará a prestar a jurisdição normalmente. Há projetos semelhantes sendo desenvolvidos ou já implementados no âmbito do próprio Judiciário. Como exemplo mais expressivo, cito a informatização dos processos da Justiça Federal da 4ª Região, que teve a honra de integrar e de presidir.

Nesse sentido, asseverou o eminente Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, que a "decisão vergastada limitou-se a suspender o acordo até que sobrevenha juízo definitivo sobre a questão. Não há qualquer prejuízo à manutenção da pactuação ou prejuízo à realização de outra" (fl. 291).

Ademais, a ocorrência de grave lesão à economia pública não se encontra devidamente demonstrada nos presentes autos, certo que não há execução antecipada de decisão que possa vir a onerar os cofres públicos, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que não basta a mera alegação de lesão, sendo necessária "a comprovação inequívoca de sua ocorrência" (SS 1.140/ES, rel. Min. Celso de Mello, DJ de 07.6.1999, e SS 1.185/PA, rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 04.8.1998).

6. Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília, 07 de junho de 2006.

Ministra Ellen Gracie

Presidente

AI 809484 / PR - PARANÁ
AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA
Julgamento: 06/08/2010

Publicação

DJe-174 DIVULG 17/09/2010 PUBLIC 20/09/2010

Decisão

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. **PROCESSO COM T RAMITAÇÃO TOTALMENTE E LETRÔNICA N A OR I GEM. IMP RESSÃO DA S P EÇAS PARA A FORMAÇÃO DOS AUTOS DO AGRAVO DE INST RUMENTO: ÔNUS DO AGRAVANTE.** DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO TRASLADO. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição da República.

2. O recurso é proveniente do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná, **cujo processamento de feitos é totalmente informatizado.**

Na decisão agravada, consta a seguinte afirmação:

"Embora esta decisão esteja sendo proferida em processo que tramita por meio eletrônico (E-proc), caso a parte que interpôs o Recurso Extraordinário tenha interesse em agravar desta decisão ao Supremo Tribunal Federal, deverá preparar o Agravo de Instrumento por meio físico, tendo em conta a inexistência de remessa eletrônica de agravo (via E-proc) ao Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o preparo do agravo por meio físico (papel) deve ser realizado mediante petição endereçada à Presidência da 2ª Turma desta Seção Judiciária, devendo o mesmo ser instruído com as respectivas razões (estas endereçadas ao Supremo Tribunal Federal) e, bem assim, com as peças consideradas obrigatórias e com as peças cuja juntada for de seu interesse" (fl. 8).

3. O Agravante informa que "a intimação da decisão foi feita por meio eletrônico (e-proc), na forma do art. 23, da Resolução n. 17, de 26 de março de 2010, do TRF da 4ª Região."

Apreciada à matéria trazida na espécie, DECIDO.

4. Razão jurídica não assiste ao Agravante, pois há deficiência no traslado.

5. O art. 23 da Resolução n. 17 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região prevê que: “Art. 23 As citações, intimações e notificações serão realizadas diretamente no e-Proc, dispensada a publicação em diário oficial ou a expedição de mandado, excetuadas as citações de feitos que envolvam os Direitos Processuais Criminal e Infracional

(art. 6º da Lei nº 11.419/2006) ou quando determinado pelo magistrado da causa.

§ 1º Não se aplica a regra prevista no caput às intimações realizadas em audiência ou em secretaria, cabendo à Vara Federal ou secretaria realizar o seu registro no e-Proc.

§ 2º Considerar-se-á realizada a intimação e a citação pelo sistema no dia em que o destinatário efetivar a consulta eletrônica ao teor da decisão, certificando-se automaticamente nos autos a sua realização, na forma do art. 5º da Lei nº 11.419/2006” (grifos nossos).

Não há documento nos autos do qual se possa extrair informações sobre a tempestividade do agravo de instrumento, o que inviabiliza a admissão do agravo (Súmula 288 do Supremo Tribunal Federal).

Em situação análoga, ao proferir sua decisão, o Ministro Sepúlveda Pertence fez as seguintes considerações:

“A informatização dos Juizados Especiais permite-lhes observar melhor os princípios processuais da celeridade e economia na prestação jurisdicional. No entanto, os benefícios alcançados pela utilização da informática no Poder Judiciário não pode desconsiderar o atendimento a determinadas exigências processuais que, longe de configurarem formalismo excessivo, constituem verdadeiras garantias às partes de serem tratadas com isonomia e imparcialidade.

Desse modo - e apenas porque consta nos autos certidão que atesta a correspondência das peças com o documento eletrônico existente no Juizado - é que se admite, por exemplo, peças sem assinatura do advogado ou com assinatura impressa ou xerocopiada,

mas, diversamente, já não é possível admitir a ausência de elementos que permitam a verificação da tempestividade dos recursos da competência do Supremo Tribunal Federal, como ocorre no caso.

De fato, não consta nos autos qualquer elemento que demonstre a data de interposição do recurso extraordinário, tornando-se inviável o exame da sua tempestividade” (AI 593.248, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, decisão monocrática, DJ 14.6.2006, grifos nossos).

Naquela oportunidade, o Ministro Sepúlveda Pertence não conheceu do recurso, pois a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica quanto à responsabilidade exclusiva do Agravante pela formação do seu agravo de instrumento.

Nesse sentido:

“Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Ausência de peça obrigatória à formação do instrumento (art. 544, § 1º, do CPC). Cópia do inteiro teor da petição de recurso extraordinário. 3. Ônus de fiscalização do agravante. Precedentes. 4. Agravo regimental que se nega provimento” (AI 713.146-AgR/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJ 17.10.2008, grifos nossos).

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS DE TRASLADO OBRIGATÓRIO. SÚMULA 288 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A ausência no traslado da cópia da certidão de publicação da decisão

agravada – peça essencial à verificação da tempestividade do recurso - inviabiliza o agravo de instrumento (Súmula 288 do Supremo Tribunal Federal). 2. Agravo

regimental ao qual se nega provimento” (AI 624.115-AgR, de minha relatoria, DJ 23.2.2007).

“1. Ausência no traslado de peça obrigatória para a formação do agravo de instrumento, com aplicação das disposições previstas no § 1º do art. 544 do CPC e na Súmula STF n. 288. 2. Agravo regimental improvido” (AI 621.644-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 20.4.2007).

Em caso análogo ao dos autos, a seguinte decisão monocrática transitada em julgado: AI 693.997, de minha relatoria, DJe 5.5.2008.

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

6. Pelo exposto, nego seguimento a este agravo (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 6 de agosto de 2010.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

Relatora